

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LIZE NAVARRO MARCHINI

**Comer e sobreviver: a comida como cenário de refugiados
sírios em São Paulo**

São Carlos

2022

LIZE NAVARRO MARCHINI

Comer e sobreviver: a comida como cenário de refugiados sírios em São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social, sob orientação do Prof. Dr. Igor José de Renó Machado.

São Carlos

2022

Navarro Marchini, Lize

Comer e sobreviver: A comida como cenário de refugiados sírios em São Paulo / Lize Navarro Marchini -- 2022.
94f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Igor José de Renó Machado

Banca Examinadora: Liliana Lopes Sanjurjo, Victor Hugo Martins Kebbe da Silva, Igor José de Renó Machado

Bibliografia

1. Antropologia. 2. Deslocamento forçado. 3. Síria. I. Navarro Marchini, Lize. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Lize Navarro Marchini, realizada em 15/02/2022.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado (UFSCar)

Profa. Dra. Liliana Lopes Sanjurjo (UERJ)

Prof. Dr. Victor Hugo Martins Kebbe da Silva (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa deste mestrado contou com além das trocas e inspirações acumuladas durante a vida, o apoio e atenção de muitas pessoas, colegas do trabalho acadêmico, amigos, familiares e professores. A imensidão de trocas e encontros que possibilitaram a conclusão da pesquisa não tem como ser contemplada nestas breves linhas de agradecimento, apesar do empenho.

O cenário externo da finalização da escrita da pesquisa era desanimador, para dizer o mínimo. Resistindo aos francos ataques, a produção científica no Brasil foi posta a prova, ao mesmo tempo em que uma pandemia expunha feridas, delicadas e violentas ao mesmo tempo, nos chamando a olhar nossa história. Frente a este cenário, a conclusão da pesquisa só foi possível com o apoio de tantos.

Início agradecendo a minha família, pelo apoio, estímulo e celebração a cada novo desafio durante toda minha trajetória. Nori, José Henrique e Inara, que privilégio ser parte dessa família compassiva que sempre me inspirou a olhar o diferente com benevolência. Agradeço ao professor orientador Dr. Igor José de Renó Machado, pelo constante apoio e inspiração para seguir nos momentos desafiadores. Sua orientação generosa contribuiu para que a tensão do momento fosse transformada em inquietação e reflexão.

Aos meus caros colegas do Laboratório de Estudos Migratórios, que transformaram minha relação e expectativa do que poderia ser a experiência de realizar o mestrado. Só tenho a agradecer por tantas leituras atentas, comentários e sugestões cuidadosos, e por terem também compartilhado comigo suas pesquisas, servindo de inspiração a cada contato. Foi um prazer enorme poder ter o olhar atento de vocês, Alexandra Almeida, Alexandre Branco Pereira, Bruna Potechí, Iana Vasconcelos, Paula Sayuri, Victor Hugo Kebbe, Érica Hatugai, Gil Vicente, Fabrício Barretti, Juliana Carneiro e Gabrielle da Cunha.

Agradeço aos meus interlocutores pela confiança e abertura para trocas e observações, aprendi com cada gesto de força e determinação sobre sua grandeza, muito obrigada por me permitirem estar perto.

Agradeço aos amigos com os quais compartilhei angústias e tensões do processo de pesquisa, obrigada Mariana Antonieta, Livia Roncolato, Graziela Rissato e Rafael Tavares, pela escuta sempre atenta e interessada.

Finalmente, agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES - Código de Financiamento 001), que possibilitou a realização da pesquisa.

RESUMO

A pesquisa observa duas experiências de deslocamento forçado de refugiados sírios na cidade de São Paulo, cuja fonte principal de renda se dá pela venda de comidas típicas de seu local de origem. A comercialização de alimentos pelos interlocutores da pesquisa acontece por meio de encomendas, mobilizando redes de indicações, participação em feiras de nações e de culturas de diferentes instituições e pela venda direta dentro de estabelecimento de uma das famílias. Utilizando a observação etnográfica das rotinas relacionadas à comida e sua comercialização é possível notar variações nos espaços e discursos mobilizados sobre a própria história de deslocamento e do que é considerado elemento típico de um local. As nuances acerca da experiência indicam caminhos importantes para a investigação antropológica, e as questões aqui trazidas não esgotam as possibilidades de reflexão sobre a conexão entre os temas a partir da perspectiva de exotização.

Palavras-chave: Refúgio; Culinária; Sírios; Antropologia; Memória; Pertencimento; Identidade.

ABSTRACT

The research observes two forced displacement experiences of Syrian refugees in the city of São Paulo, whose main source of income is the sale of typical food from their place of origin. The commercialization of food by the research interlocutors takes place through orders, mobilizing networks of indications, participation in fairs of nations and cultures of different institutions and through direct sales within the establishment of one of the families. Using the ethnographic observation of routines related to food and its commercialization, it is possible to notice variations in the spaces and discourses mobilized about the history of displacement itself and what is considered a typical element of a place. The nuances about the experience indicate important paths for anthropological investigation, and the questions raised here do not exhaust the possibilities for reflection on the connection between the themes from the perspective of exoticization.

Key words: Refuge; Cooking; Syrians; Anthropology; Memory; Belonging; Identity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
1.1 Organização do texto.....	6
1.2 Aspectos da escolha de trabalhar com refugiados e alimentação	8
1.3 Motivação.....	11
1.4 Trajetória até chegar ao encontro dos interlocutores	13
2 O REFÚGIO, REFLEXÕES TEÓRICAS E PANORAMA NO BRASIL.....	15
2.1 Conflito na Síria e perspectivas sobre o refúgio	18
2.2 A migração sírio-libanesa para o Brasil no século XX.....	21
2.3 Antropologia da alimentação: um breve panorama	27
3 DESLOCAMENTO PLANEJADO.....	32
4 DESLOCAMENTO DE URGÊNCIA.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	75

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação se propõe a expor uma pesquisa a respeito de como a estruturação da vida de refugiados e solicitantes de refúgio¹ provenientes da República Árabe Síria em São Paulo é perpassada por sua relação com a comida. A opção pelo recorte específico deste grupo se dá a partir da constatação do expressivo número de solicitantes de refúgio que a cidade recebeu a partir de 2011 combinada à observação da existência de estabelecimentos de culinária árabe² na cidade de São Paulo cujos proprietários são refugiados sírios. Constatou-se, também, a existência de pessoas que trabalham diretamente com este tipo de comida, seja por meio de encomendas ou proporcionando cursos e vivências relacionadas à culinária associada a seu país de origem. Propõe-se observar as relações tecidas a partir da alimentação enquanto fonte de renda e de sustento de famílias refugiadas, considerando a possibilidade de este fator atuar como espécie de mediador³ de novos contatos, ao mesmo tempo que exerce o papel de vínculo com a vida e memória do período que antecede a necessidade de deslocamento.

O abandono de sua terra de origem por motivos alheios à própria vontade pode ser traumático em diversos aspectos, e dentre as inúmeras dimensões transportadas nesta locomoção, a culinária intermedia a criação de uma relação com o novo lugar, principalmente quando se torna um meio de sustento financeiro, como no caso dos restaurantes, docerias e famílias sírias que sobrevivem de encomendas de comidas associadas a seu país de origem, em São Paulo. O cenário que aqui se pretende estudar é complexo e composto por variadas relações com a alimentação, perpassando desde a questão do fornecimento de insumos até a diferença entre o hábito alimentar doméstico e o alimento que é produzido para ser comercializado.

Argumento que, tendo um papel central na vida daqueles que se deslocam, a alimentação acaba por mediar diversos aspectos deste deslocamento, permeando a

¹ Fiz a opção por observar além dos refugiados já reconhecidos, os solicitantes de refúgio advindos da Síria, uma vez que esta identificação temporária, durante o processo de avaliação da pertinência da solicitação, já lhes garante direitos equivalentes aos do refugiado reconhecido como tal.

² Identificação genérica que faz referência a países que compõem a Península Arábica.

³ Elementos mediadores, compreendidos aqui conforme Latour (2012) destaca: são capazes de transformar, traduzir, distorcer e modificar os significados ou os elementos que veiculam.

forma como se constroem relações com o novo lugar e suas pessoas. O interesse central da pesquisa é, a partir do trabalho etnográfico, evidenciar como a relação com a comida tangencia outros aspectos do refúgio de sírios no Brasil. Embora a relação com a alimentação seja o objeto que motiva reflexão em contextos de deslocamentos de outros grupos, refugiados sírios encontram no Brasil terreno especialmente “fértil” para fazerem desta a sua fonte de ganho. A pesquisa observa como se desenvolve tal dinâmica na cidade de São Paulo.

1.1 Organização do texto

A escolha da ordem das seções aqui apresentadas tem o intuito de explicitar os aspectos da pesquisa para, a partir do relato etnográfico, evidenciar as correlações que o campo apresenta. Opto por contextualizar e explicitar a origem do interesse em trabalhar com o tema do refúgio e da alimentação e o percurso até encontrar interlocutores dispostos a participarem da pesquisa. Em seguida dedico alguns parágrafos a introduzir os três temas adjacentes à pesquisa, quais sejam: presença árabe em São Paulo, refúgio no Brasil e a alimentação como prática de memória e de significado. São expostos brevemente como campos de estudos distintos que, todavia, se encontram quando o relato do trabalho etnográfico é colocado, dando sentido ao argumento do trabalho desenvolvido.

Após as quatro seções iniciais que contextualizam brevemente as reflexões e trazem um panorama bibliográfico sobre o refúgio no Brasil, o conflito na Síria, a migração sírio-libanesa para o Brasil no século XX e a antropologia da alimentação, seguem então, três capítulos, dois tratando da descrição e análise de cada uma das duas experiências de campo escolhidas e um terceiro propondo reflexões que perpassam a análise das duas experiências citadas. A primeira vivência etnográfica é realizada dentro de um estabelecimento de comércio de comida (almoço, doces e café) cujos proprietários são refugiados sírios. A segunda é feita junto a uma família de refugiados para a qual a renda principal é constituída pela venda de alimentos sob encomenda, produzidos pela única mulher adulta da casa. O capítulo que segue é composto por uma análise das duas experiências. Nele levam-se em conta aspectos dissonantes e o que surge em comum nos dois contextos, sempre considerando a perspectiva da pesquisadora em campo e o

quanto essa presença é determinante na troca com os interlocutores. É relevante apontar que o trabalho de campo é composto também por outros interlocutores e outros espaços para além daqueles que optei por me deter nesta análise. Elementos de outros momentos e de outras relações são acionados aqui para compor reflexões quando pertinente, seja no intuito de reforçar algum ponto ou argumento, seja para expor vivências diversas e opiniões divergentes. Tais casos estão identificados no texto como tais.

1.2 Aspectos da escolha de trabalhar com refugiados e alimentação

A busca por refúgio no Brasil ocasionada pela guerra na Síria se apresenta como um cenário complexo, com trajetórias muito diversas, de forma que não se pode falar em um perfil único de deslocado, ou solicitante de tal visto humanitário. As trajetórias são múltiplas, e em alguns casos pouco têm em comum entre si além da origem geográfica e o decorrente contato com a situação de conflito armado. Como categoria antropológica, Malkki (1995) aponta para fraqueza do termo “refugiado” como um conceito generalizante de situações diversas que levam ao deslocamento forçado, e a variedade de concepções sociopolíticas que acarreta o reconhecimento de sujeitos como tais. A mesma autora salienta que a categoria de refugiado implica em uma série de expectativas sobre como estes deveriam se portar, incorrendo no perigo de vitimizar e despotencializar, colocando em risco a agência dos sujeitos sobre sua experiência de deslocamento (MALKKI, 1996). Durante a pesquisa pude observar certa plasticidade discursiva em meus interlocutores ao narrar suas experiências de refúgio, o que remete à reflexão trazida por Malkki (1996). A depender do que se mostrava interessante provocar no ouvinte, o discurso ganhava novos contornos e ênfases, oscilando entre vitimização e potência, como se estivessem introjetando a expectativa que foi criada sobre si pelo fato de serem refugiados. Ainda que oscile entre campos próximos ao significar a experiência, particularidades de cada situação foram apontadas, em um esforço em comum para deixar claro especificidades que evidenciassem sua singularidade.

A inquietação inicial da pesquisa foi afetada pelo rumo que o campo impôs, e ser afetado aqui é entendido como parte do processo etnográfico, que ultrapassa o diálogo verbal e que torna possível alcançar um nível mais denso de comunicação (FAVRET-SAADA, 2005). Sob a mesma ótica me atendo aos silêncios e vazios deixados por meus interlocutores, os espaços e vácuos que a própria diferença de idiomas impõe, haja visto que não compartilhamos da mesma língua mãe. Parte importante das interações que travei com um dos principais interlocutores da pesquisa se deu em inglês, e por não ser esta a língua primária de nenhum de nós dois; silêncios e espaços deixados entre o que se intenciona dizer e o que se diz de fato foram presentes na maior parte de nossa interação. Opto pela recusa às orientações definidas previamente, a fim de que o refinamento da teoria seja aprimorado pelo constante confronto com novos dados e

experiências de campo, resultando possivelmente em algo que remeta a uma bricolagem intelectual, conforme sugere Peirano (2014, p.381). A importância de se *estar* no campo, conforme a mesma autora destaca, reside em observar que a comunicação não se dá apenas por meio de palavras. Ainda que estas façam coisas, tragam consequências, realizem tarefas, comuniquem e produzam resultados (PEIRANO, 2014), os outros sentidos (olfato, visão, espaço, tato) também têm implicações que devem ser analisadas. Especialmente em um contexto em que as relações têm a comida como parte constitutiva, observar a realidade atenta aos outros sentidos se faz absolutamente necessário. Argumento que tendo um papel central na vida daqueles que se deslocam, a alimentação acaba por mediar diversos aspectos deste deslocamento, permeando a forma como se constroem relações com o novo lugar e suas pessoas.

Nesta pesquisa opto por observar duas trajetórias de refúgio bastante distintas, mas com um ponto em comum: a sobrevivência financeira mediada pela comida, sendo que esta não era inicialmente a ocupação de nenhum dos interlocutores em seu local de origem. Nos dois principais contextos observados, meus interlocutores desempenhavam atividades distintas na Síria, e chegaram ao Brasil com perspectivas (ou ausência delas) diversas de sobrevivência. No momento da pesquisa, percebo que (ambos) tiram da venda da comida, apresentada por eles como típica síria, sua principal fonte de sustento financeiro.

A opção feita na descrição e análise da experiência de campo foi definida a partir de um enfoque biográfico com o fim de tornar mais claro o quanto a experiência do refúgio, perpassada pela relação com a comida, pode ser também diversa, em sua prática e significado. Outro aspecto relevante que esta estratégia proporciona é a observação de que as informações trazidas nas histórias de vida ultrapassam a experiência individual, cabendo ao pesquisador entrecruzar os relatos levando em conta evocações e reflexões trazidas pelos próprios interlocutores. O cuidado a ser tomado é justamente o de não cair em nenhum dos extremos, seja o de tomar as narrativas como fonte de informação única, seja de tê-las como subjetividade plena, reduzindo-as apenas à evocação de experiência individual.

Focando em dois biografados e em sua narrativa da experiência de refúgio no Brasil, me interessa evidenciar a forma como as vivências individuais falam também

sobre a sociedade e seus processos. A perspectiva trazida por cada um dos interlocutores e a relação cotidiana cultivada ao longo da pesquisa abriram diferentes horizontes de interpretação do que é o deslocamento forçado e a sobrevivência por meio da venda da comida. Tal como Kofes (1994) fez, busco realizar uma análise de duas vivências pontuais, como interpretações de experiências sociais. É pertinente, no entanto, apontar uma relevante ressalva. Os casos tratados claramente dão conta apenas de uma pequena parcela da vida de um indivíduo, e assim é importante salientar que se trata “(...) daquela parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia.” (KOFES, 1994, p.118). Os elementos que extrapolam o tema da pesquisa servem de insumo para o aprofundamento da análise sobre a vivência do refúgio e a relação com a comida. Ainda, é necessário salientar que os relatos são motivados pelo pesquisador e implicam sua presença tanto como ouvinte quanto como interlocutor (KOFES, 1994).

1.3 Motivação

Meu interesse inicial acerca do assunto do refúgio se deu no ano de 2007, quando em um dos primeiros trabalhos de campo das disciplinas de antropologia realizados durante o curso de graduação em Ciências Sociais. Na época fui conhecer o abrigo Missão Paz, instituição da Igreja Católica da Paróquia Nossa Senhora da Paz, especializado em receber refugiados, localizado na região central de São Paulo. Naquele momento pouco se ouvia nas mídias a respeito do assunto do refúgio, o que contribuiu para formar a minha impressão de ser essa uma situação de pouco impacto na realidade do Brasil. No abrigo encontrei famílias inteiras, e também muitos indivíduos que haviam se deslocado sozinhos. As nacionalidades latino-americanas já eram maioria, bolivianos, colombianos e peruanos, mas também havia naquele momento um grupo de cerca de dez homens, aparentemente jovens, vindos da Somália. Fluentes em inglês, francês e em dialetos locais, que estavam absolutamente maravilhados com o Brasil. Chegaram sem nenhum documento e sem saber de fato a própria idade, contavam entusiasmados que tiveram que decidir por um ano de nascimento e um sobrenome para receberem um documento, ainda que provisório, brasileiro. Se tratava do protocolo de solicitação de refúgio, antes disso não carregavam nada que documentasse sua existência. Eles ainda não sabiam, mas suas perspectivas de trabalho no Brasil se limitariam, em grande parte, à mão de obra na construção civil, segundo a assistente social da instituição, principalmente devido à sua baixa qualificação formal e a ausência da língua portuguesa.

Esta breve experiência de campo me impressionou, e embora não tenha me aprofundado nesta pesquisa naquele momento, a vivência seguiu ressoando em momentos de reflexão, pensar a migração envolve repensar as próprias noções de territorialidade, de identificação.

Passados alguns anos, em 2017, voltei a ter contato com a questão do refúgio, ao me inscrever em um processo seletivo de trabalho voluntário junto à ONG que acolhe e auxilia solicitantes de refúgio e refugiados em seu processo de entrada, regularização documental e permanência no Brasil. Foi nessa experiência que me deparei com o volume de pessoas advindas da Síria que necessitavam de auxílio para regularizar sua situação no País. Entrei em contato especificamente com a demanda por assistência social, trazidas pelos solicitantes e refugiados, e aos poucos pude traçar algumas

observações que motivaram uma pesquisa mais detida e resultaram na proposta de mestrado.

Dentre as observações estava a frequente presença de mulheres de origem síria, que se deslocavam até a instituição trazendo filhos e muitas vezes acompanhadas de outras mulheres sírias também com seus filhos, resultando em grandes grupos que abarrotavam as pequenas salas de atendimento. Para além da alegação da necessidade de auxílio financeiro, observei a recorrência da solicitação de ajuda para compra de utensílios para cozinha, e para divulgação de seus serviços de venda de alimentos por encomenda. Um aspecto que chamou minha atenção foi a recorrência com que eu e funcionários da ONG éramos presenteados com amostras de comidas típicas, salgados e doces a cada atendimento concluído. Suponho que tais presentes tivessem múltiplas funções (não sei dizer se tais funções eram conscientes e intencionais, mas de qualquer forma levantei algumas hipóteses a partir da observação e de conversas com as assistentes sociais). Serviam para simbolizar a simpatia e agradecimento pelo atendimento/ajuda, funcionavam como uma propaganda das comidas que eram fonte de renda das famílias, por meio, principalmente, de encomendas e ainda poderiam abrir uma porta para que suas solicitações fossem vistas com olhos mais gentis pelos funcionários da ONG. De fato, em eventos e feiras organizadas pela ONG, ou nos quais esta era parceira, voltei a encontrar algumas destas mulheres prestando um serviço de buffet aos convidados.

A vivência relatada acima instigou a curiosidade de compreender as trajetórias dos sujeitos que, vindos de um contexto de guerra e da necessidade de um deslocamento para preservação da própria vida, encontraram na comercialização da comida um meio de se inserirem economicamente na cidade de São Paulo. A predominância feminina no momento de solicitação dos auxílios também foi aspecto disparador de interesse na compreensão das dinâmicas familiares destes refugiados, e mobilizou a curiosidade que impulsionou a pesquisa.

Pensar a dinâmica familiar a partir da observação da presença de mulheres no contexto da solicitação de auxílio se deu, principalmente, pois estas vinham acompanhadas de filhos (muitas vezes mais de um/a), e relatavam a dificuldade que seus maridos encontravam na busca de uma colocação profissional no mercado de trabalho

brasileiro. Embora a dificuldade financeira fosse uma realidade das famílias de forma coletiva, eram as mulheres que se apresentavam, junto dos filhos e filhas, no momento de solicitação de auxílio para a instituição, o que despertou curiosidade sobre o motivo da presença de homens sírios não ser tão constante nestes contextos, dentre outros aspectos que serão apresentados no decorrer do relato aqui proposto.

1.4 Trajetória até chegar ao encontro dos interlocutores

A imprevisibilidade é característica desta pesquisa de campo, o que torna circunstancial o tipo de observação realizada. Com a intenção de etnografar momentos nos quais famílias sírias refugiadas no Brasil preparavam e vendiam comida “típica” de seu país, contatei algumas delas por meio do Facebook e Instagram, principalmente aquelas que divulgavam nas redes sociais seu trabalho com venda de comidas típicas. A primeira dificuldade encontrada foi a de me fazer entender, e tal dificuldade esteve presente em muitos outros momentos do trabalho de campo. A comunicação em português se mostrou trabalhosa, trazendo alguns empecilhos para a materialização da pesquisa.

A partir de um mapeamento nas redes sociais e de indicações feitas pela ONG em que trabalhei como voluntária, entrei em contato com quatro mulheres que se identificavam como refugiadas sírias e que divulgavam no Facebook seus serviços de vendas de comida “típica”. Com uma breve apresentação e um convite para tomar um café e conversar sobre minha pesquisa e a experiência de vender comida no Brasil, notei uma reação semelhante em três de minhas potenciais interlocutoras. Apesar de eu ter explicado mais de uma vez e ter me disposto a falar em inglês se fosse melhor (o que não foi aceito em nenhum dos casos), percebi uma certa dificuldade em ter meu interesse compreendido. Em um dos casos a resposta foi incisiva e clara de que não haveria nenhum interesse em participar da pesquisa a não ser que fosse ser divulgada para ajudar nas vendas das comidas, ou ainda remunerada. Percebi que talvez minhas interlocutoras me estivessem tomando por jornalista, e talvez já tivessem experienciado algum contato com profissionais da área, e por isso demonstraram pouca paciência, dizendo que não tinham mais interesse em dar entrevistas, pois não dispunham de tempo para isso.

Posteriormente, quando passei a acompanhar uma das refugiadas, percebi que ela recebia de fato muitas demandas de entrevistas, convites para participar de eventos para contar a própria história ou ensinar a cozinhar, sem que isso de fato lhe revertesse em qualquer tipo de ajuda. No caso desta que passou a ser uma importante interlocutora da pesquisa, entrevistas, gravações e demandas para participação em eventos se somavam às suas já intensas e numerosas tarefas domésticas e ao preparo e entrega de alimentos vendidos. Pude de alguma forma relacionar esta realidade à desconfiança que as outras refugiadas apresentaram ao receber meu contato.

A partir desta tentativa frustrada de contatar possíveis interlocutoras para a pesquisa, optei por iniciar uma outra frente de contato e passei a frequentar um restaurante cujo proprietário é um refugiado sírio, localizado em Pinheiros, bairro nobre de São Paulo. Eu já conhecia o lugar, que a princípio era uma doceria e que, além da venda direta no balcão, também trabalhava com encomendas. Desde meados de 2018 a doceria cresceu e passou a servir também almoço durante a semana no esquema de buffet a preço fixo. Ali realizei parte do trabalho de campo ao qual dedico um capítulo da dissertação.

Paralelamente ao trabalho de campo que se desenvolvia no restaurante, mantive o esforço de contato com mulheres refugiadas que vendiam comida, e foi por indicação de um amigo que entrei em contato com uma refugiada que vive no Brasil desde 2014 e se mostrou aberta a conversar sobre a pesquisa comigo. Ao refletir sobre a disponibilidade que esta interlocutora apresentou em participar da pesquisa, levanto a hipótese de que a mediação feita por um conhecido em comum tenha sido um fator relevante neste contato. Enquanto todos os outros contatos foram feitos por meio de redes sociais, através das quais me apresentei e expliquei brevemente a pesquisa, com a proposta de agendar um encontro para conversar e aprofundar a explicação. A única interlocutora que demonstrou disponibilidade para participar da pesquisa o fez ao me ser apresentada por um amigo em comum. Desde o início se mostrou muito aberta ao diálogo e me convidou a frequentar sua casa, demonstrando certa confiança, que eu acredito tenha se estendido a mim pela relação que já cultivava com nosso conhecido em comum. A esta experiência dedico outro capítulo aqui apresentado.

2 O REFÚGIO, REFLEXÕES TEÓRICAS E PANORAMA NO BRASIL

O refúgio enquanto categoria política moderna surge a partir da Segunda Guerra Mundial, com os deslocados por conflitos e com a criação de campos de refugiados para pessoas deslocadas forçadamente, previsto no Estatuto dos Refugiados de 1951, instituído no âmbito da Convenção das Nações Unidas. Neste mesmo ano é criado um órgão internacional especializado para tratar de assuntos relativos a essa nova população, e se estabelece o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR.

Apesar de signatário da convenção que deu origem ao Estatuto dos Refugiados, é apenas em 1961 que o Brasil adere a ele enquanto reserva geográfica⁴. Em 1990, o Brasil adota plenamente a Convenção de Genebra, criando em 1997 o Conare⁵ - Comitê Nacional para os Refugiados, órgão que institucionaliza a questão do refúgio no País, avaliando as solicitações e emitindo os vistos específicos. Em setembro de 2013, o País assume postura considerada vanguardista ao publicar resolução normativa do Conare que facilita a emissão de visto humanitário para solicitantes de refúgio provenientes da Síria e por contemplar grande parte dos princípios de proteção internacional aos refugiados (ACNUR, [s.d]; NAVIA, 2014; JUBILUT e APOLINÁRIO, 2008). Segundo dados do Comitê, no ano de 2017, entre os 10.145 refugiados que viviam no Brasil no momento do levantamento, 2.773 eram sírios, compondo 35% do total de refugiados que vivem no Brasil naquele momento, quantidade relevante para o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

De acordo com levantamento de dados fornecidos pelo Acnur, o número de solicitações de refúgio no Brasil aumentou significativamente na última década. Grande parte destes solicitantes são provenientes de países do Oriente Médio. Sírios e Palestinos compõem um grupo relevante de pessoas que passaram a habitar principalmente o estado de São Paulo como refugiados⁶.

⁴ Cláusula que garante a aplicação da Convenção apenas para os casos de refugiados no continente europeu (SOARES, 2014).

⁵ Órgão formado por representantes do governo brasileiro, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e da sociedade civil brasileira (Cáritas de São Paulo e Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro), responsável por lidar com questões referentes ao refúgio no Brasil.

⁶ Segundo dados do observatório das Migrações Internacionais (UNB/MTE), 47% dos refugiados no Brasil se encontram no estado de São Paulo. Cavalcanti et ali (orgs.). Relatório Anual 2015 – A inserção dos

Responsável pela avaliação e emissão do visto de refúgio no Brasil, o Conare, é composto por representantes do governo brasileiro, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e da sociedade civil, representada pela Caritas São Paulo e Caritas Rio de Janeiro. Ao chegar no Brasil, a solicitação de refúgio pode ser feita diretamente junto à polícia federal, ou com intermédio da Caritas, associação civil ligada à Igreja Católica. Além de encaminhar as solicitações, a instituição realiza um diagnóstico e o acompanhamento de cada solicitação, bem como direciona os solicitantes para serviços como moradia temporária em albergues públicos específicos para imigrantes, benefícios sociais como Bolsa Família, carteira de acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros. Todos os encaminhamentos e solicitações junto à Caritas são feitos em seu Centro de Acolhida para Refugiados (CAR), e uma vez que o solicitante é cadastrado no sistema, toda a comunicação oficial com o governo se dá por meio desta instituição. Em parceria com outras iniciativas, o CAR encaminha refugiados e solicitantes para cursos de português, cursos profissionalizantes, e media a busca por empregos ou revalidação de diploma⁷.

Durante a espera pela resposta à solicitação de refúgio, que pode demorar mais de um ano, a instituição acompanha os solicitantes e monitora sua localização, ocupação e estado geral de saúde, assim como os meios de contato. Qualquer modificação em seus status no processo de solicitação do visto é feita por intermédio da Caritas. Devido à sua presença constante na vida dos solicitantes de refúgio em São Paulo, Vanessa Perin (PERIN, 2004) faz uma analogia do controle exercido pelo Estado e pelas instituições parceiras sobre a vida dos solicitantes, como se estes estivessem em um campo de refugiados sem as cercas. Perin aponta que instituições que aplicam funções de Estado em sua forma burocratizada de funcionamento acabam atuando como um olho deste, gerindo populações e as controlando, e é a partir da interação com os sujeitos que estes são feitos visíveis para o Estado. Em etnografia realizada dentro do CAR, a autora identifica a quase impossibilidade de um refugiado “fugir” da malha de burocratização da instituição. Esta burocratização produz sujeitos categorizáveis perante o Estado e

imigrantes no Mercado de Trabalho brasileiro, p. 52. Disponível em <http://acesso.mte.gov.br/obmigra/relatorio-anual> (acessado em 01/06/2018) - sugiro deixar a referência completa apenas nas referências (final do texto) e aqui mencionar o nome e ano.

⁷ Informações fornecidas pela instituição durante o mapeamento prévio à pesquisa de campo.

reconhecidos dentro do status jurídico de refugiado. Sob esta perspectiva, o sujeito passível de integração é passível também de ser gerido, refugiados seriam uma “(...) população governável, dirigível e estabilizada em processos de categorização e padronização”, de acordo com Perin (2014, p.328).

A análise normativa e legislativa do refúgio tem sido tema de estudos da área das relações internacionais, como no trabalho de Lacerda e Gama (LACERDA e GAMA, 2016). Os autores analisam a dimensão política do refúgio no Brasil e as diferenças entre as categorias de refugiados, solicitantes de refúgio, imigrantes ilegais e irregulares. Em sua pesquisa, JARDIM (2016) analisa as tecnologias governamentais de controle migratório e as categorias jurídicas de reconhecimento do refúgio, enquanto MOULIN (2011) e REIS (2014) discutem as possibilidades de debate entre direitos humanos e o refúgio no Brasil. Em termos de produção antropológica, os estudos recentes se debruçam sobre a experiência do refúgio em si, esbarrando principalmente na difícil relação com os órgãos de assistência humanitária (PERIN, 2013), e trabalhando com categorias amplas.

Os trabalhos citados proporcionam um breve panorama principalmente da relação entre o Estado e os refugiados e solicitantes de refúgio. Ainda estão por ser feitos, no entanto, estudos que se aprofundem nas especificidades de cada coletivo, observando suas relações internas, com outros coletivos e com os brasileiros. É neste espaço que a presente pesquisa se faz relevante.

2.1 Conflito na Síria e perspectivas sobre o refúgio

Uma série de protestos iniciados em dezembro de 2010 tomaram as ruas de países como Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen e Argélia em decorrência de diversas e intensas pressões sociais, motivadas pela desigualdade social, aumento do custo dos alimentos, desemprego e problemas de moradia. Convencionou-se chamar de Primavera Árabe⁸ o movimento que chegou na Síria em março de 2011, com protestos reivindicando maior abertura política, ampliação de direitos civis e o fim do Estado de Emergência vigente há 48 anos no país, desde 1963. As manifestações foram enfrentadas com truculência pelo governo, resultando na morte de civis, o que inflamou ainda mais e espalhou o movimento de oposição ao governo pelo país, resultando na deflagração de uma guerra civil em dezembro do mesmo ano.

Embora a comunidade internacional tenha pressionado o Conselho de Segurança da ONU por um posicionamento frente ao conflito na Síria, a intervenção internacional foi barrada por países que apoiavam o regime vigente (representado pela família Al Assad⁹). China e Rússia não aprovaram a intervenção e o embate entre forças armadas do governo e população civil se estende até os dias de hoje, com diversos grupos paramilitares e com intervenções de países vizinhos. O número de mortos e deslocados pelo conflito na Síria parou de ser contabilizado em 2018. A estimativa publicada no mesmo ano pelo Observatório Sírio de Direitos Humanos (SOHR, 2018) foi de que o conflito já deixara cerca de meio milhão de vítimas fatais entre civis e militares.

A situação de conflito prolongado no território da Síria mostrou a fragilidade da capacidade da comunidade internacional de absorver mais da metade da população síria que busca refúgio tanto em países vizinhos como Turquia, Líbano e Jordânia, quanto nos mais distantes, como o Brasil. Para Pucci (2017) a situação de refúgio evidencia a importância das instituições na administração da crise, principalmente devido à grande repercussão midiática dos deslocamentos dramáticos de sírios e de outros refugiados. No Brasil, os estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram a maior parte dos

⁸ Para histórico aprofundado do conflito Sírio ver FERRIS, Elizabeth, KIRISCI, Kemal. The Consequences of Chaos: Syria's Humanitarian Crisis and the Failure to Protect. (falta o ano da publicação aqui)

⁹ Bashar al-Assad sucedeu seu pai Hafiz al-Assad na presidência da Síria a partir do ano 2000. Embora a expectativa da opinião pública fosse de que sob sua liderança a democracia ganhasse espaço, Bashir al-Assad deu continuidade aos métodos autoritários de governo de seu pai. (BRITANNICA, 2021).

refugiados sírios, que segundo Lellis do Lago (2016) se instalam e passam a produzir memória sobre a Síria e sobre diferentes versões da guerra.

Para Lacerda e Gama (2016), a questão da mobilidade traz à tona a criação de identidade enquanto um campo de negociações. As fronteiras são espaços de exibição de poder e de disciplinar e diferenciar corpos. As identidades são criadas em relação a territórios específicos, e direitos estão totalmente vinculados aos conceitos de cidadania, também variáveis de acordo com os estados. A situação de refúgio, para tais autores, é marcada pela suspensão da identidade e dos direitos, que somente serão retomados se reconhecida sua situação perante outro Estado.

Para os autores, os processos altamente burocratizados de solicitação de refúgio funcionam como obstáculos comparáveis a novas fronteiras a serem ultrapassadas, e Agier (2016) ressalta o aspecto de controle que tais processos visam exercer sobre a vida destes solicitantes. O controle dos corpos é central nas concepções de ordem política da modernidade, seja na administração dos grandes medos da sociedade, seja na fronteirização por meio do estabelecimento das diferenças e exclusões e estabelecimento de autoridade sobre um território e sobre um grupo de indivíduos. Sob esta ótica, a fronteirização se faz necessária para a constituição da cidadania,

“A soberania expressa a fronteira entre o dentro e o fora, enquadrando o entendimento do espaço político, organizando e classificando, e delegando características a determinada identidade de pertencimento, uma identidade coletiva formada em detrimento de outras.” (LACERDA E GAMA, 2016, p.59).

Identidade e soberania são conceitos contingentes, negociados no contato diário entre diferentes, construídos e modificados conforme se dão as relações. Sob esta perspectiva, o contexto de refúgio apresenta grande vulnerabilidade, pois pressupõe a suspensão momentânea de uma identidade, para sua então recriação a ser sancionada conforme a interpretação da máquina burocrática e dos funcionários de um outro Estado. Segundo Agier (2016), é a vulnerabilidade que distingue as vítimas das quais o humanitarismo se ocupa para legitimar sua existência. Se ser refugiado já é estar

vulnerável, dentro desta categoria há ainda outros agravantes que o humanitarismo determina a fim de estabelecer gradações de ajuda¹⁰.

A perspectiva humanitária prevê, segundo Agier (2016), um perfil de refugiados passivos, que corrobora sua vulnerabilidade. Todavia, a complexidade dos diversos contextos de refúgio e muitas vezes seu prolongamento no tempo e espaço geram situações de politização e de exigência de diálogo. O autor aciona exemplos de campos de refugiados no Quênia, Guiné e Austrália, nos quais a mobilização dos refugiados exigiu atenção e negociação das instituições de ajuda para atender demandas ou dialogar por mudanças. No Brasil, entre os anos de 2008 e 2009 uma comunidade de palestinos reassentados iniciou uma série de protestos em busca de diálogo com os órgãos responsáveis por sua situação (CONARE e Acnur). Suas reivindicações perpassavam principalmente o cumprimento do acordo pelo qual foram reassentados, e em vista do descumprimento deste e do abandono institucional a que estavam sujeitos, solicitavam seu retorno ao campo de refugiados na Jordânia. Esta situação colocou em pauta a problemática universalização dos direitos humanos, que, segundo Moulin (2011), são direitos que dependem de relações de pertencimento entre sujeitos e comunidades políticas exclusivas e excludentes. A presença da sociedade política revela, por sua vez, que os direitos humanos dependem da existência de seres humanos sem direitos (MOULIN, 2011).

¹⁰ Critérios como saúde física e mental, idade e sexo são utilizados na classificação da vulnerabilidade que determina prioridade, tipo e quantidade de ajuda humanitária a ser recebida.

2.2 A migração sírio-libanesa para o Brasil no século XX

A imigração de povos sírios e libaneses para o Brasil, que está documentada, se inicia a partir de 1880, quando motivados por dificuldades econômicas, políticas e por perseguição religiosa, cristãos em sua maioria, buscam no Brasil distanciamento do então Império Turco Otomano (AMORIN, 2010). Navios que aportavam em Santos, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul traziam em sua maioria homens jovens, solteiros e cristãos, que para Truzzi (2008) teriam mais facilidade de se locomover do que os muçulmanos, por nutrir menos apego à terra e por terem mentalidade mais progressista. No entanto, Truzzi (2008) também identifica como resultado da conjuntura econômica após a Segunda Guerra Mundial, que atingiu as regiões mais atrasadas do Líbano, uma onda migratória de árabes muçulmanos que se concentraram em áreas da Região Metropolitana de São Paulo, como a região de Santo Amaro, na zona sul da capital, ou ainda a região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano) (TRUZZI, 2008 p.38).

Estima-se (ou ainda, superestima-se, segundo Karam, 2009), que na chamada primeira onda migratória de 1880 a 1969, entre 6 e 10 milhões de libaneses e seus descendentes tenham se estabelecido no Brasil. Segundo sua pesquisa acerca da forma como se distribuíram principalmente pelo estado de São Paulo, Karam (2009) identifica como ocupação inicial dos imigrantes a mascateação por entre as fazendas e pequenas cidades do interior paulista. De mascates passam a proprietários a princípio de comércios e, posteriormente, em alguns casos, de terras, fazendas e fábricas nas áreas urbanas. Segundo levantamento do censo de 1920, cerca de 70% de sírios e libaneses que habitavam o estado de São Paulo estavam localizados em cidades do interior. Truzzi (2019) identifica que a imigração sírio-libanesa para o Brasil não era subsidiada, de forma a depender de uma rede de contatos e de familiares para incentivar o deslocamento e sua manutenção. O aumento do poder de compra decorrente da expansão da economia cafeeira no estado de São Paulo foi especialmente benéfico para imigrantes que comercializavam bens de consumo não duráveis, como roupas, tecidos e itens de armarinho, facilitando seu crescimento econômico e possibilitando seu estabelecimento com pontos de comércio e distribuição deste tipo de bem de consumo não durável.

As primeiras gerações que se estabeleceram como comerciantes encontraram nessa atividade uma forma de progredir economicamente, ainda que não necessariamente contassem com alto grau de instrução. Seus descendentes, por sua vez, nascidos no Brasil, ascenderam de classe social por meio da educação formal, entrando no meio dos profissionais liberais, intelectuais e políticos. Para os pais dessa geração, o estudo é extremamente importante para consolidar sua distinção, garantindo acesso à cultura. Segundo dados levantados por Karam (2009), era comum as famílias enviarem seus filhos para estudar fora do País e investirem tudo o que tinham e podiam nessa qualificação. O resultado é que a primeira e segunda geração de filhos de imigrantes libaneses e sírios se tornaram médicos, advogados e engenheiros, profissões que naquele momento eram as únicas consideradas promissoras. O apelo de ter uma profissão socialmente reconhecida “(...) traria a distinção para limpar o sangue da etnia justamente por que formaria profissionais liberais de valor intrínseco mais universal” (KARAM, 2009, p.126). A profissionalização contribuiu não só para a ideia de consolidação da migração, em contraponto à ideia inicial que poderia ter motivado um deslocamento econômico temporário, mas também para estabelecer a ascensão social do grupo étnico por muito tempo marginalizado por conta de sua ocupação pouco especializada.

Imigrantes motivados principalmente pela perseguição religiosa, eram cristãos a maioria daqueles que aqui chegavam provenientes do, na época, Império Turco-Otomano. Aqui eram rotulados de “turcos” indistintamente, possivelmente pois assim constava em seus documentos desde o fim do século XIX até a 1ª Guerra Mundial. Depois da criação da Síria e Líbano como entidades geopolíticas sob mandato colonial francês na década de 1920, as categorias “sírio” e “libanês” passaram a ser incluídas nas listas de imigração brasileira. O rótulo genérico era muitas vezes compreendido ou como pejorativo, ou como pura ignorância acerca das diferenças entre Sírios, Libaneses e Turcos.

A dupla designação hifenizada sírio-libanesa usada para imigrantes da considerada “primeira onda” do deslocamento de médio-orientais para o Brasil é naturalizada e acionada principalmente em situações de negociações comerciais, pois expande os horizontes de trocas. Diferentemente do contexto atual da guerra em que os

sírios são elegíveis para receberem o visto de refúgio. Dessa forma, apesar de ser comum ouvir entre os refugiados entrevistados que “libaneses são nossos irmãos, somos iguais, é uma fronteira, mas funciona como se fosse somente outra cidade do mesmo país”, libaneses em teoria não têm motivos para buscar refúgio, de forma que a distinção se faz obrigatória nos processos de identificação para solicitação de refúgio no Brasil, e a hifenização ou a designação genérica de nacionalidade como no termo *árabe* passa a não ser tão recorrente neste contexto.

Outra categoria generalista bastante acionada para se referir a imigrantes e descendentes médio-orientais, conforme citado acima, é “árabe”; segundo Karam (2009), principalmente com a integração de descendentes e imigrantes no neoliberalismo e comércio exterior no Brasil. Com a Câmara de Comércio Árabe Brasileira (CCAB), mediando contatos e contratos de exportação, há interesse em uma designação mais abrangente, que amplia o leque de identificação com outros países para estabelecer relações comerciais, como Emirados Árabes, por exemplo. A chamada *arabidade* geral é acionada, portanto, em negociações de exportação (KARAM, 2009) e de diferenciação entre os brasileiros “não árabes” ou sem ascendência médio-oriental. A designação de “turco” também sofreu modificações com a importância das transações de comércio exterior. Enquanto na primeira metade do século XX era relacionada pejorativamente à natureza “trambiqueira” dos negociadores, a ideia da astúcia comercial “turca” passa a ser valorizada como característica inata de médio-orientais e de seus descendentes, principalmente pelos exportadores brasileiros. Para Karam (2009), a ideia da democracia racial contribuiu para que as categorias identitárias fossem amenizadas, entendidas como brincadeiras carinhosas quando chamados de turcos hoje em dia.

Transformado em um grupo-alvo para o marketing étnico, a “colônia árabe” tanto recebe como produz produtos específicos, que vão desde alimentos a festas, eventos, danças, roupas, música etc. Dentre os exemplos mobilizados por Karam (2009) para ilustrar a forma como a arabidade perpassa diversos aspectos de consumo em cidades como São Paulo, e em outras partes do Brasil, está a rede de *fast food* Habib’s e a novela global O Clone, apresentada entre os anos de 2001 e 2002. A trama da novela envolve um romance proibido entre uma mulher muçulmana e um homem não muçulmano, destacando a característica patriarcal representada na família muçulmana, na qual o tio,

responsável pela protagonista, decide seu matrimônio sem lhe consultar. A trama reforça uma percepção muitas vezes acionada entre descendentes de segunda e terceira geração de imigrantes sírios e libaneses de que os muçulmanos têm pouca disposição para aceitar casamentos entre pessoas que sejam praticantes de outras crenças, ou de origem diferente da sua. Este argumento geralmente reforça a também propagada ideia de que os médio-orientais cristãos teriam mais facilidade para se integrarem na sociedade brasileira por serem menos rígidos para estabelecer relações com povos diferentes e por flexibilizar sua crença, se aproximando do cristianismo praticado no Brasil, facilitando sua acomodação aqui.

Com o apelo de ser “árabe”, a rede Habib’s, cujo fundador é um empresário luso-brasileiro, tem a maior parte de seu cardápio inspirado na culinária síria e libanesa. O primeiro restaurante foi inaugurado em 1988 em São Paulo, com receitas de um amigo de ascendência síria, e a esfiha tornou-se o carro-chefe do que posteriormente se transformou em uma rede bem-sucedida que conta atualmente com 500 unidades espalhadas pelo país¹¹. Para Karam (2009), a rede teve importante papel na difusão da culinária genericamente entendida como “árabe” e sua política de vender os alimentos a preços baixos contribuiu para popularizar pratos como esfihas e kibes. O marketing “(...) transformou a cultura étnica em bem de consumo, enquanto o “marketing público-alvo” converteu os grupos étnicos em nichos de mercado.” (KARAM, 2009, p. 21).¹²

Karam (2009) defende a tese da etnicidade sírio-libanesa como um projeto, uma iniciativa discursiva e cultural a fim de formar uma identidade política, indissociável do contexto neoliberal brasileiro a partir da década de 1970. Na economia aberta, brasileiros de origem sírio-libanesa se posicionam como promotores árabes de exportações para o mercado do Golfo Árabe. A comida “árabe” passa a ter apelo de marketing nos clubes de alta sociedade de origem sírio libanesa e é convertida em capital social entre convidados não árabes. Para o autor, a etnicidade árabe ganhou novas forças desde a abertura econômica do País (KARAM, 2009, p.15).

¹¹ Informação coletada em 2022 em: <https://www.tradesys.com.br/2022/10/21/case-habibs/#:~:text=Fundado%20em%201988%20por%20Ant%C3%B4nio,territ%C3%B3rio%20nacional%2C%20em%2018%20estados>.

¹² Para uma revisão acerca dos restaurantes de proprietários sírio-libaneses em São Paulo ver KHOURI, Juliana Mouawad, 2013.

Todo o debate aqui apresentado é que certamente extrapola as referências trazidas acerca dos termos árabe, sírio, turco, sírio-libanês (hifenizado ou não) teve o intuito de evidenciar como tais categorias, longe de serem unânimes, ou de representarem identidades com contornos fixos, são acionadas por sujeitos conforme o contexto e a necessidade. As definições dessas categorias não podem ser compreendidas de forma fixa, mas sim como espectros de significados diversos e móveis. São usadas não somente por refugiados, mas também por imigrantes e descendentes, para fins diversos e com intenção variada, dessa forma, os debates aqui apresentados servem para apontar alguns elementos que podem estar em jogo ou sendo acionados quando se pensa em árabes, turcos, ou sírio-libaneses no Brasil.

No caso dos sírios que vêm para o Brasil, eles herdam e encontram aqui um espaço imaginário do que é ser árabe aqui. Se faz relevante, neste contexto, levar em conta a ressalva feita por Machado (2005) de que os mercados ou nichos étnicos não podem ser unificados como um processo ou uma única ideia de formação de etnicidade, mas são múltiplos processos de formação da diferença. No caso árabe existem muitos registros do que significa ser árabe na história do Brasil e de São Paulo. Desde o mascate, vendedor de utensílios e bens de consumo não duráveis, o dono de lojas e mercearias, o político com má fama, ou, ainda, o comerciante de importações cuja esperteza é valorizada, o muçulmano submetido à ideologia patriarcal da novela da Globo, o “brimo”¹³ amigável que vende comidas, entre outros, uma série de estereótipos que foram se formando conforme as relações se delinearam em terras brasileiras. Os sírios que aqui chegam encontram este cenário, no qual as ideias do que significa ser “árabe” podem lhes ser familiar.

O fluxo de refugiados sírios que chega ao Brasil a partir de 2011, portanto, encontra aqui um contexto já familiarizado historicamente com a imigração de médio-orientais. Costumes, religião, comida e idioma não são completos estranhos aos olhos do brasileiro, de forma que os recém-chegados têm acesso à memória daqueles que os precederam e que passaram a constituir a história do País. Embora o deslocamento de refugiados seja distinto dos movimentos migratórios que os antecederam no século XX,

¹³ Durante o trabalho de campo, foi possível observar o uso desse termo em conversas entre refugiados sem necessariamente terem laço consanguíneo.

o fato de já haver no Brasil comunidades árabes, composta por sírios, libaneses, turcos e palestinos, faz com que sua chegada não se dê em um espaço vazio de significado. Em termos especificamente alimentares, as trajetórias aqui apresentadas encontram um campo para o qual a culinária árabe não é estranha e, muito pelo contrário, faz parte do cenário de consumo da cidade de São Paulo, principalmente. De outro lado, todo o histórico da migração árabe para o Brasil e os diferentes usos desta história como demarcadores de identidade podem também acarretar uma série de expectativas sobre os comportamentos esperados daqueles que buscam aqui o refúgio. São aspectos diferentes que os mesmos fatores podem acarretar e exercer influências diversas nas experiências de deslocamento forçado, e os relatos etnográficos apresentados adiante ilustrarão essa diversidade.

2.3 Antropologia da alimentação: um breve panorama

A alimentação e os aspectos ligados à sua produção, distribuição, consumo e significado são campo de interesse da antropologia, dado que uma ampla gama de comportamentos é centrada na comida e no ato de se alimentar. A compreensão da alimentação para além da necessidade e satisfação biológica/nutricional abre vasto campo de estudos para a antropologia e para observações multidisciplinares, uma vez que a análise pode ser ampliada por aspectos geográficos, históricos, nutricionais, biológicos, sociais e filosóficos. Para Sidney Mintz (2001), importa observar o quê, onde, como e com que frequência comemos, e como nos sentimos em relação à comida e seu preparo.

Alimentar-se é comportamento ligado à sobrevivência, não somente humana, mas animal em geral. A alimentação humana, no entanto, difere da animal, uma vez que o homem preenche com simbolismos e significados as práticas alimentares. Para Mintz (2001), a atividade rotineira tem papel central no aprendizado social, uma vez que nossas atitudes em relação à comida são aprendidas desde cedo, sendo essa uma das primeiras esferas onde se permite alguma escolha. O aspecto emocional da alimentação também é construído a partir deste aprendizado, geralmente inculcado por adultos afetivamente poderosos, conferindo-lhe força duradoura e presença na memória ligada aos sentimentos, conforme experiências vividas, gerando uma possível classificação inicial entre o que é familiar e o que é impessoal (MACIEL, 2001).

Em *A comida como Linguagem*, Ellen F. Woortman (2013) traça um panorama apontando as dimensões sociais da comida e a relação entre hábitos e padrões alimentares. A autora aponta que o alimento é percebido em relação ao corpo individual e serve de metáfora para o corpo social, pois a comida possui significado simbólico que extrapola os nutrientes que a compõem. Não apenas a comida materializa significado, mas também quanto, como, onde e com quem se come. O comer cotidiano também se diferencia do comer ritualizado e cerimonial. Comer em público difere em termos de significado também do comer de forma privada, no âmbito doméstico e familiar. O próprio preparo dos alimentos, para a autora, constitui uma linguagem, ingredientes são organizados e “falam, de acordo com as classificações do que é comestível e do que é comível” (WOORTMAN, 2013, p. 9). A compreensão dos hábitos e padrões alimentares

como linguagem que expressa dimensões é também acionada por Douglas (1975) ao refletir sobre memória, religião e identidade, sendo tratada como um código que carrega mensagens.

Ana Maria Canesqui e Sidney Mintz realizam revisões bibliográficas acerca do tema da alimentação na antropologia a partir de diferentes pontos de vista. O levantamento feito por Canesqui (2005) leva em conta uma produção nacional, destaca a forma como a alimentação foi ganhando espaço em estudos de comunidades e de grupos urbanos, onde antes era um aspecto complementar. Enquanto nos anos 70 a alimentação era analisada apenas residualmente, com o intuito de compreender modos de vida de classes populares e articular estudos de representação de corpo, saúde e doença, a partir dos anos 90 o interesse pela culinária e gastronomia passou a ter espaço enquanto um campo de conhecimento. Na segunda metade da década de 90, a Associação Brasileira de Antropologia organizou um grupo de trabalho sobre comida e simbolismo, que se propôs a analisar regionalismos culinários, cozinha e religião, hábitos de grupos específicos e movimentos de mudança promovidos pelo marketing e pelas cadeias de *fastfood* ao redor do mundo. Este momento foi marcado também por uma breve interlocução com as ciências da saúde, em uma tentativa de debate multidisciplinar.

A partir da década de 1970 no Brasil, o terreno teórico da antropologia, antes dominado pelo funcionalismo, passou a receber correntes estruturalistas, fenomenologistas e etnometodológicas; neste momento a alimentação ganhou visibilidade em decorrência da desnutrição como efeito adverso do chamado *milagre econômico*. Pesquisas nesta área passaram a receber atenção e financiamento, com o intuito de produzir conhecimento para pautar políticas públicas que combatessem a fome. Neste contexto, foram realizados estudos sobre cidades, com o intuito de compreender o modo de vida de grupos menos favorecidos econômica e socialmente, suas práticas e representações alimentares. Formaram um cenário heterogêneo de conteúdos produzidos sobre hábitos e ideologias alimentares encabeçados por pesquisadores da Universidade de Brasília e do Museu Nacional.

O compartilhamento das refeições entre aqueles que dividem parentesco ou relações de intimidade é comumente observado. É através da ingestão comunal e

ritualizada da comida que se reforçam os laços sociais e se expressa o nível mais fundamental da unidade entre natureza e cultura (BERGHE, 2010). A atração e simpatia por aqueles que partilham conosco nosso gosto alimentar sinalizam que seriam estes nossos pares étnicos, e tomando a etnicidade como um prolongamento do parentesco, a comida étnica serviria como uma extensão da comida de casa. A consciência de sua etnicidade, no entanto, só se desenvolve no contato interétnico, é somente frente a outras tradições que uma cozinha se torna tradicional, sendo o contexto das cidades multiétnicas o mais provável de seu aparecimento. Para Pierre Berghe (2010), se a manutenção de tradições culinárias se restringisse a um simples conservadorismo cultural, é certo que principalmente no contexto de tais cidades multiétnicas tais tradições seriam solapadas pelo desaparecimento dos mais antigos, ou pela proliferação do estilo *fast food*. Ao contrário da expectativa, a cozinha étnica não desaparece, mas também não se mantém intacta. Ela é constantemente recriada, transformada e reinterpretada, e ao transpassar os limites étnicos, transforma-se em item de consumo transcultural.

As crescentes interconexões econômicas das localidades tornaram a análise das comunidades humanas no mundo moderno complexa, porém, Mintz (2001) ressalva que a troca de gêneros alimentícios globalmente não se iniciou de forma repentina, ela é anterior à chamada “globalização” e responsável pela difusão mundial de certos alimentos. Os hábitos alimentares ao redor do mundo se modificam há mais de quinhentos anos, com a difusão de gêneros como milho, batata, tomate, pimenta do reino, mandioca, pimentão, chás, chocolate e café. Ainda assim, o autor considera que a atividade de fazer dinheiro alimentando as pessoas marca capítulo vital no capitalismo, com a difusão do conceito de *fast food* e a proliferação dos chamados restaurantes étnicos.

A comida muitas vezes é um elemento que demarca território e identidade, e se conecta com uma rede de significados. A cozinha típica de um país, conforme apontado por Maciel (2001), permite que se marque uma distinção através do que se come, ainda que a delimitação geográfica não necessariamente seja suficiente para caracterizar uma cozinha típica. Para a autora, é comum ao ser humano consumir comida cozida, mas existe no mundo uma variedade enorme de cozinhas que implicam em regras, formas de preparo, de consumo, e principalmente de significados dados aos pratos característicos.

Existem, ainda, dentro de uma mesma nação, variações regionais e sobretudo socioeconômicas, implicando status diferentes para comidas variadas.

Sidney Mintz (2008) também aponta a possibilidade de associar comidas a nações, e essas, portanto, dizerem respeito à identidade de grupos, localizados geograficamente no mesmo lugar, ou não. Porém, o autor indica também um processo advindo da globalização, no qual comidas que eram consideradas marcadores étnicos deixam de sê-lo dentro do mercado global para transformarem-se no que o autor chama de comidas etnicamente neutralizadas. No mundo moderno, “as formas de alimentação e as mudanças nas práticas alimentares movem-se pela demarcação de novos espaços e velocidades” (CANESQUI, 2005, p.37). No passado, a alimentação se demarcava não só temporal e simbolicamente, mas geograficamente, e as ocorrências alimentares marcavam o tempo, estimulando a sociabilidade familiar, estabelecendo a diferença entre o cotidiano e o excepcional.

Alimentar-se, além de vital para a sobrevivência, é considerado por Claude Fischler (2001) um ato muito íntimo, no sentido de interiorizar e incorporar, uma vez que ao introduzir o alimento no corpo ele passa a constituí-lo. Para o mesmo autor, é também, de imaginário e significados partilhados em representações coletivas que o homem se nutre. A dimensão do encarnar a comida é trazida também por Sidney Mintz (2001), que associa a carga moral à ideia do que é substanciado a partir da comida ingerida, sendo o corpo considerado como produto do caráter, que, por sua vez, é revelado pela maneira com que se come. Canesqui (2005) também aponta para tal “substanciação” do alimento no momento de classificá-lo enquanto forte ou fraco, adequado para dietas específicas e para momentos específicos da vida, sob crenças diversas sobre suas propriedades.

Tanto Maria Eunice Maciel quanto Ana Maria Canesqui, ambas pesquisadoras da área de antropologia da alimentação, compartilham da perspectiva que considera a amplitude de aspectos e dimensões sociais que a alimentação mobiliza. O homem não come tudo o que é biologicamente ingerível, pois que nem tudo é culturalmente digerível. As regras compartilhadas por cada cultura acerca do que é comestível ou não se desdobram em facetas socialmente determinadas sobre o que é perigoso, tóxico (não necessariamente em termos químicos, mas simbólicos), repugnante, especial ou restrito. O homem se alimenta conforme a cultura em que foi socializado, o meio ao qual pertence,

e a alimentação estabelece e materializa distinções e fronteiras. O conjunto das múltiplas dimensões do ato alimentar, seja do que se come, como se come, quando se come, como é preparado o alimento e com quem se come, constituem os chamados pelas autoras de “sistemas alimentares” (ou “cozinhas”), que são conjuntos de práticas alimentares que se relacionam às representações coletivas do imaginário social e às crenças de grupos (MACIEL, 2001).

3 DESLOCAMENTO PLANEJADO

A doceria de S.¹⁴ está localizada em Pinheiros, um bairro nobre de São Paulo, cuja ocupação se mistura a prédios residenciais e comerciais, com lojas de alto padrão e restaurantes. Instalada desde 2016, inicialmente na garagem de um sobrado e com uma pequena placa com o nome, encontram-se três mesas com cadeiras e um balcão. Esta é a primeira parte do estabelecimento a funcionar desde 2016, posteriormente em 2018 houve uma expansão, os fundos da casa e o andar superior foram abertos, e ali passou a funcionar um buffet de almoço aberto de domingo a sexta feira a um preço fixo.

As referências à origem do restaurante de S. se fazem presentes logo na entrada, onde estão expostos esfihas, quibes e alguns dos doces. O balcão é totalmente preenchido com bandejas lado a lado apinhadas de diferentes doces, alguns cobertos com voal, e assadeiras cobertas com plástico filme. Nas paredes observam-se prateleiras expondo utensílios dourados, bules e copos com arabescos talhados, e latas de alimentos com rótulos escritos em árabe. Perguntado se as latas são também vendidas, S. responde que podem ser, mas que são ingredientes trazidos da Síria e usados no preparo dos alimentos, então teria que consultar a que preço poderiam ser vendidas (o que me faz compreender que sua função primeira ali não é de ser consumida, uma vez que não tem um preço previamente fixado). A autenticidade aludida do alimento vendido no estabelecimento de S. parece ser decorrente de dois fatores principais, quais sejam, o uso de ingredientes importados, tais como usava na Síria, e a origem das receitas portadas pelos chefes também importados.

Embora já tivesse conhecido o lugar como doceria, a ampliação para o serviço de buffet despertou minha curiosidade e comecei a frequentar o restaurante nos horários de almoço até compreender quais seriam meus potenciais interlocutores. Identifiquei a presença constante de três homens que falavam em árabe entre si, um deles com idade mais avançada, que vim a conhecer posteriormente, como pai dos outros dois com idades de 32 e 35 anos. Atendendo o balcão e recepcionando as pessoas que entravam no restaurante, falando o preço da refeição em português com bastante sotaque, os três se

¹⁴ Nome alterado para preservar a identidade dos interlocutores.

revezavam, enquanto uma única funcionária brasileira atendia os pedidos de bebidas e se encarregava da limpeza do salão e das mesas.

Ao fim de uma de minhas refeições no local, me apresentei ao senhor que do balcão recebia as pessoas que entravam e o pagamento antes de saírem. Meu primeiro esforço foi o de me comunicar em português, mas logo meu interlocutor sinalizou a grande dificuldade que tinha de compreender e se expressar nessa língua, e então perguntei se seria melhor em inglês, ao que ele respondeu positivamente, me contando que era fluente no idioma. Desde então, toda nossa interação foi em inglês, o que em si só já guarda aspectos interessantes a serem refletidos, uma vez que a língua escolhida não é a materna de nenhum dos dois, então em diversos momentos foi necessário um esforço de repetição e de tentativas de se fazer compreender. Em diferentes ocasiões de nossa interação, observei que o espaço entre o que estávamos tentando comunicar e o que o outro compreendia se alargava por conta do idioma, resultando em uma certa restrição para o aprofundamento da conversa.

Logo de início expliquei que estava realizando uma pesquisa junto a refugiados que se estabeleceram em São Paulo e que faziam do comércio de comida sua principal fonte de renda. S. teve dificuldade de compreender a pesquisa, ou eu de expressá-la em inglês, o fato é que ele afirmou não conhecer a área de antropologia, e pareceu surpreso quando eu disse que não necessariamente estava interessada em aprender a cozinhar, ou que não tinha um conhecimento prévio de ingredientes ou coisas relacionadas ao preparo da comida árabe. Ele me disse que mesmo que eu quisesse aprender a cozinhar, muitas coisas não poderiam ser compartilhadas comigo, pois eram “segredos culinários” trazidos pelos três chefes de cozinha que ele contratara quando abriu o estabelecimento em São Paulo. Os três eram homens jovens, mas, segundo S., com vasta experiência, tendo passado por hotéis cinco estrelas e restaurantes conceituados na Síria. Ele os contratou antes de sair da Síria e contou que os remunerava em dólar, bancando todas as despesas desde transporte até estadia no Brasil. Vale apontar que durante todo o período em que frequentei o restaurante, nunca encontrei nenhum dos chefes na área comum do estabelecimento.

Notei que em nossas interações S. fazia questão de ressaltar como veio para o Brasil em uma situação que considerava diferente em relação aos outros refugiados. A

primeira vez que mencionou sua trajetória foi quando me contou que era cirurgião ortopedista, dono de clínicas e de um hospital em Damasco, e que antes de ser proprietário havia atuado como ortopedista por muitos anos, mas quando deixou a Síria estava apenas administrando seus negócios. Seu inglês fluente é proveniente tanto de sua escolarização básica, quanto de sua especialização feita em Londres. S. contou que, além do hospital com uma equipe de dez médicos, tinha algumas casas que alugava em cidades vizinhas a Damasco, sendo sua renda, portanto, suficiente para garantir uma vida bastante confortável e ainda ajudar os filhos adultos.

A decisão de vir para o Brasil foi planejada quando, conforme a guerra foi se acirrando, optou por vender o hospital e mudar de país com sua esposa, dois de seus cinco filhos e suas respectivas famílias. Segundo ele, a ideia de abrir um negócio que vendesse comida foi programada, e o motivo de sua escolha era claro: “é o que dá dinheiro mais rápido” (tradução feita do inglês por mim). A atuação como médico ou administrador de hospitais e clínicas lhe foi dada como opção, segundo ele, pelo Hospital Sírio-Libanês logo que chegou a São Paulo, mas sua escolha por abrir um negócio que vendesse comida se deu principalmente por considerar que esta seria uma fonte de renda que lhe exigiria menos fisicamente, levando em conta sua idade avançada, e que poderia contar com a ajuda dos filhos. A fama do Brasil como sendo um lugar acolhedor das diferenças motivou a escolha deste país para a nova etapa da vida em que se encontram S., seus filhos e suas respectivas famílias. O plano, no momento que se deu a pesquisa, era continuar no Brasil, estabelecer-se financeiramente, e criar as condições para que seus filhos também o pudessem fazer aqui.

Para Hage (2005), migrar não é apenas o movimento físico de transpor fronteiras. O autor chama atenção para algo que lhe parece definidor do senso de migração, o movimento significativo: “o senso de que o movimento de cruzar fronteiras é significativo tem que envolver o senso de desenraizamento, ou desalojamento de coisas que lhe são familiares, e uma sensação de estar fora do lugar.” (HAGE, 2005, pg. 470). A mobilidade significativa denota estreita ligação entre viabilidade da vida e uma sensação de mobilidade existencial. Algumas palavras que são associadas ao movimento significativo se referem a uma percepção de evolução na vida, seja financeira, familiar, profissional etc. “Caminhar para frente”, e a ideia de futuro, ainda que não exclusivamente, compõem

o senso de viabilidade do deslocamento. O cálculo e a projeção de possibilidade de futuro no Brasil fizeram parte do planejamento de S. antes do seu deslocamento físico, segundo seu relato. Ou seja, o que seria a migração existencial para Hage precede, neste caso, o deslocamento físico em si, envolve a projeção de uma vida no novo lugar.

Dois dos cinco filhos de S. vieram para o Brasil junto com esposa e filhos. Ambos falam e compreendem bem inglês e português, e diferentemente do pai, usam um tom de voz muito baixo para conversar, interpretei como uma forma de respeito à autoridade do pai, corroborada por outros aspectos que serão tratados aqui. Estudaram o português em um curso para estrangeiros oferecido pela Universidade de São Paulo, mas concordaram ao afirmar que o curso era muito básico, e que sentiam que ainda havia muito o que aprender. Quando notaram que poderiam falar comigo em inglês, trocaram o idioma, e a fluência da conversa se tornou mais natural. Ambos aprenderam o idioma na escola, e em tom jocoso comentaram que o inglês de seu pai era muito difícil, muito antiquado e formal, pois ele havia aprendido em outro tempo. Formados em odontologia e contabilidade, ambos trabalhavam em suas respectivas áreas antes de migrarem. Aqui no Brasil, no entanto, não conseguiram validar seu diploma, pois se depararam com dois empecilhos que foram proibitivos. Para validação do diploma é necessário que se tenha acesso ao histórico escolar e a grade de aulas traduzidos, bem como seus conteúdos para equivalência de matérias, mas não conseguiram trazer tal documento, pois à época em que solicitaram as universidades estavam com as atividades suspensas por conta da intensidade que o conflito armado havia tomado. Outro impedimento foi a recente mudança no processo de revalidação de diploma, que passou a exigir a realização de uma prova escrita de português, e segundo seu relato, o nível exigido para a aprovação era de fluência, e para eles a parte escrita era muito complexa, pois por mais que conseguissem se comunicar verbalmente, tinham muita dificuldade em escrever corretamente em português.

A dificuldade dos dois irmãos e suas esposas de conseguirem revalidar diplomas de ensino superior no Brasil não é exceção. Com intuito de subsidiar a elaboração de políticas públicas, em 2019 o Acnur em colaboração com universidades e outras instituições elaboraram um relatório com o perfil socioeconômico dos refugiados que se encontram no Brasil. De acordo com a pesquisa realizada com pessoas com visto de

refúgio reconhecido, 90,48% daqueles que submeteram diplomas de ensino superior para revalidação no Brasil não tiveram sucesso, e a principal causa apontada é a dificuldade com a apresentação de todos os documentos exigidos (ACNUR, 2019).

A única fonte de renda dos irmãos atualmente é resultado do trabalho que realizam no restaurante do pai. Karam (2009) aponta que a segunda geração de imigrantes sírios e libaneses no Brasil passou por uma ascensão na pirâmide social ao conseguir se inserir no mercado de trabalho de forma profissionalizada e dotada de diploma de ensino superior. De certa forma “(...) a profissão traria a distinção para ‘limpar o sangue’ da etnia justamente por que formaria profissionais liberais de valor intrínseco mais universal.” (KARAM, 2009, p.126), em relação à geração anterior, que se dedicava majoritariamente ao comércio de bens não duráveis. Observar a trajetória dos irmãos, filhos de S. e sua frustração ao relatar a saga em busca de validação profissional me remeteu à observação de Karam, e me fez refletir sobre que lugar estes refugiados teriam no mercado de trabalho brasileiro. Ainda que consigam uma validação de seu diploma original, o que por si só já se mostra bastante trabalhoso, não é possível vislumbrar qualquer garantia de uma colocação profissional equivalente à que possivelmente tinham em seu país de origem.

Seguindo o argumento de Karam, dedicar-se ao negócio da família pode ser interpretado como um descenso na pirâmide social. principalmente pela falta de especialidade nas atividades que executam (recebem e servem pedidos aos clientes, recebem pagamentos, ajudam na administração do restaurante etc.). Outra reflexão disparada pelo relato da dificuldade de validação do diploma foi relativa ao nível de envolvimento e protagonismo na tomada de decisão de mudar para o Brasil e abrir um restaurante. O esforço para encontrar meios de exercer sua profissão original no novo contexto levanta a hipótese de que trabalhar no restaurante do pai não tenha sido a primeira opção, ou ainda que fosse apenas em caráter temporário na vida dos dois filhos de S.

Embora não tenha sido assunto direto de nossas conversas, principalmente por eu sentir que meus interlocutores pareciam pouco confortáveis, raramente falamos sobre suas esposas, e em apenas uma ocasião vi uma delas passar em frente ao restaurante e trocar algumas palavras em árabe com o filho mais velho de S. Quando perguntados

diretamente sobre elas, vim a saber que a esposa do filho mais velho também possuía um diploma de curso superior, era ortodontista como seu marido e também trabalhava nesta área, na Síria, enfrentando aqui o mesmo problema para conseguir equivalência de seu diploma. A outra nora de S. era dona de casa, e aqui poucas vezes sai para a rua.

Durante o processo de saída da Síria, a família se deslocou para lugares diferentes e em tempos diferentes. Logo no início do conflito armado, em 2011, a filha mais nova de S. veio para o Brasil com seu marido e dois filhos pequenos, aqui permaneceu por um ano, mas seus filhos tiveram muitas dificuldades para entrar na escola e se adaptar a ela, e a família resolveu voltar para a Síria, mas desta vez para morar em uma zona com menor incidência do conflito armado. Lá permanecem até hoje, e desde então fazem visitas anuais ao Brasil, durante as férias escolares de seus filhos. O filho mais novo de S. mora nos Estados Unidos, se mudou há muitos anos para terminar seus estudos, e conseguiu um bom trabalho na área, mas não se encontra satisfeito, pois embora a qualidade de vida nos Estados Unidos seja muito boa, ele sofre com preconceitos por sua origem, e se sente extremamente solitário. S. se preocupa com este filho, acredita que devido à sua idade “avançada” (cerca de 30 anos) não irá conseguir uma esposa muçulmana, e ficará solteiro. Apesar de ter o desejo de se juntar à família no Brasil, S. insiste para que fique nos Estados Unidos, pois considera a vida aqui difícil se comparada com a situação em que vive.

Enquanto no início da pesquisa o balcão do restaurante era constantemente ocupado pelos filhos e S., ao longo do desenvolvimento da análise a presença deles foi se tornando rarefeita. Os dois estavam se dedicando ao processo de preparação para inaugurar o outro restaurante da família, em local de grande circulação, na Av. Paulista. O novo empreendimento seria comandado pelos dois irmãos e um primo (cujo parentesco não me ficou claro se seria consanguíneo ou não), mas quem de fato administraria todos os ganhos da família, vim a saber posteriormente, seria sr. S. A funcionária brasileira do restaurante informou que todos os ganhos e gastos do restaurante passam pelas mãos de S. e que aos filhos ele paga um salário, como a qualquer outro funcionário.

Apesar da mudança de contexto, o papel centralizador do patriarca da família parece se manter, de forma que no momento da pesquisa, ele é o responsável pela sobrevivência financeira das famílias dos seus dois filhos que vieram para o Brasil, além

de ajudar o outro filho que vive nos Estados Unidos. Pode-se traçar um paralelo com situação semelhante que Michelle Obeid (2013) retrata a respeito de uma família palestina que se vê obrigada a migrar ao longo de dez anos para Londres. Durante uma visita de rotina à família de um de seus filhos, os interlocutores de Obeid se veem impossibilitados de retornar à sua casa, devido aos bloqueios nas fronteiras de Gaza. A princípio compreendem como temporária a necessidade de ficar em Londres, mas com o passar do tempo começam a considerar a possibilidade de, de fato, mudar para a nova cidade, e passam a desenvolver planos e ações de longo prazo, criando assim o senso de um novo “lar”, um “recomeço”.

Abrir um café na cidade para comercializar comida “típica” foi, assim como para S., sua forma de criar uma fonte de renda, e aos poucos, com a vinda dos outros filhos do casal, passaram também a sustentá-los, uma vez que estes ajudavam na gestão do estabelecimento. Enquanto alguns dos seus sete filhos, aqueles que haviam migrado anteriormente e por opção, haviam criado meios de sobreviver financeiramente a partir do exercício de sua profissão, os outros que se deslocaram de maneira mais urgente e contingencial voltaram a depender dos pais no novo contexto. A centralização da fonte de renda, assim como na família de S., se torna uma realidade no deslocamento forçado destas duas famílias.

A autoridade do pai enquanto provedor principal da família é apontada também por Truzzi (2008) como característica da configuração familiar árabe muçulmana:

O homem é entendido como o responsável pela sobrevivência econômica, pelo destino e encaminhamento dos filhos, pelos assuntos de natureza social ou política. É a pessoa que decide em última instância, em se tratando de assuntos externos ao lar.(TRUZZI, 2008)

Embora o homem tenha maior exposição à vida pública, existe a possibilidade de consultar a esposa discutir com ela, ainda que seja do homem a responsabilidade final sobre os destinos familiares. O papel de provedor está relacionado ao orgulho e à honra, de modo que, segundo Truzzi, “é uma vergonha admitir alguma necessidade” (TRUZZI, 2008, p.46).

Em algumas de minhas visitas durante este período, o assunto principal de minha interação com o Sr. S. fora a obra de reforma do novo estabelecimento, quando este se

queixava da forma como os trabalhadores brasileiros atuavam. Sua insatisfação se dava por se sentir enganado, uma vez que a obra já havia tido mais de um prazo diferente que não fora cumprido. Em uma de nossas conversas, o Sr. S. estava particularmente irritado, pois a previsão de instalação do sistema de depuração de ar do restaurante não havia sido cumprida, e ele afirmava que não entendia o porquê de os brasileiros mentirem e o enganarem tanto. Este sentimento de estar sendo de alguma forma ludibriado é bastante comum no discurso dos refugiados com quem convivi, principalmente, quando atuei junto à instituição de assistência já mencionada. Não somente os sírios, mas ouvi em outras ocasiões relatos de refugiados de outras nacionalidades afirmando ter passado por situações em que sentiram que foram de alguma forma enganados por brasileiros.

O filho mais velho de S. comentou em certa ocasião que se sentia enganado pelas instituições de educação superior brasileiras, durante sua última tentativa de validação de diploma (foram três negativas cada, para ele e sua esposa). As duas primeiras respostas negativas se deram por incompatibilidade de tradução e falta de documentos, porém após grande esforço relatado, para adequação da tradução das minutas das matérias cursadas e envio de diploma original via correios (o que é custoso e muito demorado), o regimento para equivalência mudou, e passou-se a exigir a prova de português. Apesar de ter tentado fazer a prova e ser reprovado, lhe foi dito que poderia fazer novamente, dali a seis meses, assim teria tempo para estudar, porém seus documentos teriam que ser atualizados, o que significaria realizar todo o processo novamente. Sentiu-se enganado, a princípio achou que não estava recebendo as informações completas, mas posteriormente, quando compreendeu que a própria regra havia mudado, comentou que ficou um tanto desapontado com tamanha burocracia, o que tornava proibitivo dar entrada em mais um processo de validação.

A frustração com a burocracia brasileira surgiu em outro momento da pesquisa de campo, mas desta vez o relato foi feito pela funcionária brasileira do restaurante. Andrea¹⁵ serve as mesas com bebidas, limpa e recolhe talheres e pratos, e mantém S. informado sobre quais alimentos do buffet necessitam reposição. No início da pesquisa a senti reticente quanto à minha constante presença, talvez pelo ritmo intenso de trabalho, ou por ter notado que falávamos em inglês. Mas aos poucos fui tendo algumas

¹⁵ Nome fictício para preservar a identidade da interlocutora.

oportunidades de conversar com ela, e pude entrar em contato com algumas de suas impressões sobre a experiência de trabalhar no restaurante e sua relação com o S. e seus filhos.

O convívio entre Andrea e S. parecia estar sempre tensionado, seja por ele lhe dar ordens em tom ríspido e audível a todos os clientes, ou por ela resmungar em voz baixa enquanto executava as tarefas. Especificamente em uma ocasião presenciei um desentendimento entre ela e S. em que este aumentou o tom de voz. Não compreendi o que motivou a discussão, mas observei que ele falava com ela em árabe em tom impaciente, ao que ela respondia repetidamente “não adianta ficar me xingando em árabe, eu não entendo nada”. S. se retirou por um momento e um de seus filhos assumiu o caixa, e percebi entre os dois uma certa cumplicidade, ela repetindo que não adiantava S. ficar bravo, enquanto ele a tentava acalmar. Em determinado momento da pesquisa, me ausentei da rotina do restaurante durante duas semanas, e quando voltei, no momento que cheguei, encontrei Andrea sozinha no restaurante. Como o movimento era pouco devido ao horário (já eram 15h, horário em que o restaurante para de servir almoço), consegui conversar com mais tranquilidade com Andrea. Comentei que havia me ausentado nas últimas duas semanas por motivos de saúde, e ela surpresa me respondeu: “então você nem viu que eu fui mandada embora?”. Percebendo minha incompreensão, ela me explicou que havia tido mais um desentendimento com S., que terminou com ela saindo no meio do expediente. Ela relatou que desde que começou sempre foi muito difícil trabalhar ali, a começar por nunca lhe ter sido determinado de forma clara quais seriam suas tarefas e como seus chefes gostariam que ela as executasse. A comunicação com S. também nunca foi muito boa, pois muitas vezes ele perdia a paciência e era ríspido a respeito de coisas que nunca havia explicado como gostaria que fossem feitas.

Os filhos pareciam se engajar em tentar amenizar a tensão, principalmente por compreenderem e falarem melhor o português, mas desde que sua presença diminuiu, a convivência entre Andrea e S. havia voltado a se tensionar, chegando a este limite de ela sair do trabalho de forma abrupta. Mas algo havia passado, pois ela estava de volta, e quando questionei isso Andrea me relatou o que havia acontecido. Nos primeiros dias em que ela não estava mais trabalhando S. havia contratado outra mulher para ficar em

seu lugar, mas segundo ela, a mulher não aguentou tantas grosserias e em poucos dias desistiu do trabalho. A situação ainda teria se repetido duas outras vezes, quando Andrea apareceu no restaurante para buscar suas coisas, e S. lhe pediu desculpas e pediu que voltasse, pois ela já conhecia o trabalho e ele. Como precisava trabalhar, ela voltou, e em tom confessional disse “a gente se apegue né, mesmo ele sendo assim grosso, eu sei que é uma boa pessoa e agora ele fala baixinho comigo, pois sabe que não é qualquer uma que aguenta”.

As condições formais do restaurante em termos de regularização junto à prefeitura e outros órgãos que autorizam o funcionamento deste tipo de estabelecimento não são prioridades para S. Quando perguntei diretamente, ele disse que era muito dinheiro e que não iria realizar todos os processos. Já sobre o registro de seus funcionários, quem me informou foi Andrea, em tom de confiança, comentou que quando entrou no restaurante há cerca de um ano a promessa era que passados os três meses iniciais de experiência, ela seria registrada, mas isso não aconteceu. Antes de Andrea ser contratada, S. havia registrado uma pessoa que o ajudava com a limpeza, mas, ao demiti-la se surpreendeu com um gasto que não havia previsto, multa por rescisão de contrato e outros encargos. Ela contou que ele se sentiu roubado e desde então decidiu não registrar nenhum dos seus funcionários. Andrea contou que não recebe auxílio para pagar seu transporte, nem tem nenhuma garantia, mas que ainda assim gosta de trabalhar no restaurante, “a gente se acostuma”.

Ouvir sobre a forma como se davam as relações trabalhistas dentro do restaurante de S., bem como sobre sua posição em relação a impostos e regularização formal do empreendimento me remeteu à reflexão acerca de outra conversa que tivemos. O discurso de S. sobre suas relações com prestadores de serviços que trabalhavam na reforma da outra unidade de seu restaurante era pautado na desconfiança. Mudanças de prazos de entrega, variação de preços de materiais e de mão de obra adicionados a possíveis problemas de comunicação eram relacionados para S. a uma certa má-fé dos prestadores, chegando até a comentar que achava que estes tiravam vantagem ao perceber que se tratava de um estrangeiro. Se tais aspectos mobilizam uma sensação de injustiça, ou de desvantagem em S., a relação trabalhista irregular a que submete seus

funcionários não provoca o mesmo efeito, como se fosse de diferente natureza, embora possa parecer um desvio de tipo semelhante.

Apesar de não pagar nenhum auxílio para alimentação, S. todos os dias monta um prato “generoso”, segundo Andrea, e oferece à funcionária, que diz que eventualmente também ganha um doce, café ou biscoitos, conforme a vontade do dono do restaurante. A princípio ela não conhecia a culinária árabe e assumiu ter estranhado principalmente o tempero forte, mas no momento de nossa conversa revelou que havia se habituado e até apreciava a quantidade de verduras e saladas disponíveis. Relatou apenas um certo incômodo com o fato de não poder opinar nas quantidades que lhe são servidas, uma vez que sentia que a postura de S. era muito autoritária, deixando pouco espaço para negociação, não só em relação à alimentação, mas a horários também.

Durante todo o trabalho de campo, cerca de 11 meses de visitas semanais ao restaurante de S., notei que ele apenas tomava café ou chá, e todas as vezes me oferecia. Todo o processo de preparo do café é cuidadoso, e S. se dedica e conta orgulhosamente como o café árabe é diferente do brasileiro. Seu conhecimento vai além do preparo, S. sabia me dizer a origem de cada um dos ingredientes, que são três. O pó do café é brasileiro, o cardamomo é plantado na Jordânia, e moído ali mesmo, e o último elemento, uma especiaria cultivada e trazida da Síria cujo nome não poderia ser revelado. A mistura em pó estava disponível para venda em pequenos pacotes de aproximadamente meio quilo. S. se refere ao café como um dos principais produtos de seu estabelecimento, o mais consumido e mais elogiado, conta como os brasileiros gostam muito de café, e fala do prestígio do café árabe ao redor do mundo, que tem um sabor e jeito único de preparo. Em uma das tardes que passei no restaurante, ao terminar de beber meu café, S. recolheu a xícara de minha mão, e a caminho da pia do balcão retornou e me disse que era até possível ler meu destino na borra que havia ficado no fundo da xícara. Questionei se ele saberia ler, ele com uma risada disse que não, mas que muitas mulheres na Síria sabiam, inclusive sua mãe. A risada se deu, me explicou, por considerar que esse tipo de prática seja uma espécie de folclore, um certo misticismo que se herda das gerações que o antecederam. De fato, não pude deixar de compartilhar da risada, principalmente por acionar a memória de cenas da novela global *O Clone*, na

qual uma das personagens lia de forma profética o destino das mais jovens na borra do café deixada na xícara destas.

Para além do café e eventual chá (preto, comprado no Brasil), nunca presenciei S. comer, e após já alguns meses de campo, em uma tarde em que o buffet estava quase se encerrando, perguntei se ele já havia almoçado, ao que me respondeu que não. Eu então o convidei para me acompanhar, e ele me respondeu que não, comia apenas em casa no fim do dia quando fechava o estabelecimento. No próprio restaurante S. não come nada, suas refeições são apenas café da manhã e jantar em casa. Alimentar-se, para os muçulmanos, assim como

“(...) todos os atos necessários à vida humana, encerram um sentido e um significado religioso, contido na chari’a¹⁶, conjunto de preceitos religiosos islâmicos. A chari’a estabelece regras para as práticas religiosas, para as famílias e os casamentos, para a conduta e interação social, para a ingestão de alimentos e para o próprio asseio pessoal.” (TRUZZI, 2008, p.44).

Por conta de sua fé, ele me disse que não podia comer em público (embora o jejum seja determinado apenas durante o mês de Ramadan¹⁷, durante o qual há a proibição de alimentar-se em público), apenas em casa junto a seus familiares, e que sua esposa cozinhava, mas não para o restaurante, apenas para a família. Pelo mesmo motivo sua esposa não sai de casa desacompanhada, sendo que a vi rapidamente uma única vez, quando passou no restaurante para entregar algo ao marido. A diferença entre comida de casa, feita pela esposa e a única consumida por S., e aquela que ele vende, preparada segundo ele, por três chefes de cozinha contratados e trazidos por ele de Damasco, indica uma separação entre aquilo que, de dentro do lar se refere à intimidade e à personalidade (comida feita apenas para os dois, e eventualmente os filhos e suas famílias) e a comida para ser vendida, impessoal, feita por pessoas que não são parentes, são contratadas e tem suas habilidades culinárias publicamente reconhecidas. O fato de S. não se alimentar em público remete à intimidade que este ato implica, como aponta

¹⁶ Conjunto de leis divinas (Hayek, s.d.).

¹⁷ Nono mês do calendário islâmico, durante o qual os fiéis não devem ingerir bebidas e alimentos e se absterem de relações sexuais no período entre a alvorada e o pôr do sol. Informação obtida em <<https://iqaraislam.com/ramadan>>, consultado em 10/05/2020.

Fischler (2001), íntimo no sentido de interiorizar e incorporar, uma vez que ao introduzir o alimento no corpo ele passa a constituí-lo. Para o mesmo autor, é também de imaginário e significados partilhados em representações coletivas que o homem se nutre. A dimensão do encarnar a comida é trazida também por Sidney Mintz (2001), que associa a carga moral à ideia do que é substanciado a partir da comida ingerida, sendo o corpo considerado como produto do caráter, que por sua vez é revelado pela maneira com a qual se come. Woortman (2013) também diferencia o que chama de comida que “nós comemos” e “comida dos outros”, como formas de prescrições que evidenciam representações sociais das diferenças.

Codesal (2011) aponta que a comida caseira feita de forma tradicional tem valor consideravelmente maior do que aquela comprada na rua, principalmente porque é necessário saber de seu preparo e da origem de seus ingredientes. Esta preferência se apresentou de forma ainda mais marcante entre as mulheres árabes e asiáticas, que por conta das proibições de cunho religioso, não se arriscavam a comer fora de casa, sendo sua alimentação e de sua família preparada integralmente por elas. Entre os sírios observados por Honeysett (2013), a comida feita em casa tem um gosto cuja função é de nutrir relações, e o ato de levar consigo alimentos condensa funções sensoriais, comerciais, afetivas e nutritivas. Ainda que S. afirme que a comida que serve no restaurante é a mesma que come em casa, em um esforço de alegar sua autenticidade, o fato de sua esposa cozinhar em casa, mas não participar de nenhuma etapa do preparo da comida no restaurante pode apontar uma diferença entre a comida a ser vendida e aquela feita para consumo familiar¹⁸.

Em 2008, ao analisar as dinâmicas de famílias muçulmanas em São Paulo, Truzzi relata o apontamento de seus interlocutores acerca da importância da comida árabe como um referencial importante, ainda que não absoluto. Para estes, a valorização da comida não se dá por sua característica árabe de modo geral, mas sim por seu preparo dentro de casa seguindo os costumes herdados. Tal comida se distinguiria daquela conhecida como tipicamente árabe para comercialização, a finalidade para qual o alimento é preparado é determinante segundo tal ótica. O preparo, por sua vez, está intimamente ligado também à condição feminina na família muçulmana. “No fundo, a

¹⁸ Tal diferença ficará muito mais explícita no relato da segunda experiência de pesquisa de campo.

comida valorizada está intimamente associada a seu preparo, que, por sua vez, está associado à condição feminina” (TRUZZI, 2008, p.41).

Depois de alguns meses frequentando o restaurante, S. me contou que morava com sua esposa na casa ao lado de seu estabelecimento, e que tanto o sobrado deste quanto a casa ao lado (raridade e super valorizada em área nobre do bairro dominado por prédios), haviam sido indicadas por conhecidos que contatou antes de chegar no Brasil. Vim a saber também que antes de migrarem para o Brasil, costumavam fazer duas refeições em sua casa com a participação de quatro dos cinco filhos (o quinto filho mora nos Estados Unidos), com seus respectivos cônjuges e filhos. As refeições ficavam a cargo da esposa de S. e era nestes momentos que a família conversava e se mantinha a par do que ocorria na vida uns dos outros. Com a mudança para o Brasil, tais encontros pararam de acontecer, principalmente pela necessidade de todos os homens trabalharem durante o dia. S. contou que algumas vezes se reúnem durante a semana para jantar, mas não com a mesma frequência, pois geralmente ao fim do dia os filhos estão muito cansados e costumam estender a jornada de trabalho até tarde para dar conta da parte administrativa do restaurante.

A necessidade de longas jornadas de trabalho no Brasil é apontada por meus interlocutores em mais de uma situação. Essa realidade difere da que era vivida na Síria antes da emergência do conflito, principalmente em termos de custo de vida. Segundo eles, São Paulo é uma cidade muito cara para se viver, e aqui ainda contam com um gasto extra do aluguel tanto para moradia quanto para o espaço do restaurante, enquanto na Síria eram proprietários de imóveis. Somando-se à dificuldade de validação de diplomas e da impossibilidade de trabalhar em sua área profissional, trabalhar no empreendimento familiar demanda uma dedicação maior de horas em relação à ocupação que exerciam na Síria. A jornada de trabalho estendida nos casos de administração do próprio empreendimento é realidade também entre os interlocutores de Da Silva (2020) em São Bernardo do Campo. Seu estudo corrobora a perspectiva apontada como negativa da necessidade de dedicar mais horas ao trabalho em detrimento do tempo de convivência com familiares e amigos, costume frequente na realidade dos interlocutores antes da vinda para o Brasil. Segundo seus interlocutores, antes da emergência do conflito na Síria, era comum que as noites fossem ocupadas

com visitas à casa de parentes e amigos, quando não com a recepção destes em sua própria casa. Receber pessoas em casa, naquele contexto, tinha uma função social de mostrar o gosto e habilidades domésticas da mulher enquanto destacava a condição econômica do marido, além de que as visitas tinham papel relevante na manutenção das redes de apoio e de relacionamento na Síria.

O contexto de deslocamento em si já altera essa dinâmica, pela própria impossibilidade de se reproduzir uma vizinhança toda em outro lugar, mas também, conforme observado por Da Silva (2020), pela falta de tempo, de condições financeiras, e pelo receio de evidenciar as circunstâncias econômicas, possivelmente não ideais (ou ainda, de acordo com as expectativas dos indivíduos que se locomovem), de vida no Brasil.

Localizado em frente a uma escola e próximo de algumas agências de publicidade, grande parte do público que vai ao restaurante para o almoço é jovem e vai acompanhada, são grupos de variados tamanhos. Foi comum observar também duplas e trios de pessoas que ao chegar no restaurante demonstravam certa familiaridade com o lugar, fosse pela naturalidade com que cumprimentavam S., ou pela postura explicativa sobre o funcionamento do restaurante para seus acompanhantes. Em mais de uma ocasião ouvi clientes contando para colegas enquanto entravam no restaurante que aquele era um estabelecimento de refugiados, com comida típica, o que parecia causar um certo encantamento. Em uma discussão acerca do apelo à ideia de etnicidade, Machado (2011) aponta que não é algo em si, mas um conceito utilizado para pensar a diferença, e que os processos de produção de diferenças devem ser descritos e analisados com cautela, para evitar a generalização e simplificação que o termo pode acarretar. “Mercado étnico” é também outro conceito que abrange processos muito diversos de produção de diferença, de identidade e de reconhecimento intra e extra grupos (MACHADO, 2011).

O caráter estrangeiro da origem do proprietário do restaurante parece ser visto como um atrativo adicional à comida em si, comumente ressaltada e elogiada pelos clientes no momento do pagamento da refeição. Este aspecto leva à reflexão sobre como o consumo de comida tida como étnica no contexto urbano globalizado acarreta invariavelmente um questionamento acerca da autenticidade dessa comida em relação à

sua capacidade de manutenção. Ao mesmo tempo que a comida relacionada a um lugar pode ser tida como a arena mais acessível e amigável de contato entre culturas, sua comercialização pode gerar uma forma de “turismo étnico”, ou seja, uma busca pelo exótico, o que por si só carrega um dilema. Sabe-se que acessar uma cultura exige compreender seus símbolos, aprender sua língua, e ainda assim estar sujeito a uma compreensão parcial desta. Berghe (2010) aponta a busca pela satisfação instantânea da curiosidade por meio de um contato superficial, ainda que “exija” uma aparente autenticidade. Qualquer tentativa de suprir esta demanda turística acaba por produzir o equivalente cultural do *fast food*. (BERGHE, 2010).

O dilema da manutenção econômica dos restaurantes étnicos e sua autenticidade se faz presente nos contextos urbanos multiculturais, e o risco de des-etnicizar é constantemente posto em perspectiva. Para Lu e Fine (1995), o grande desafio e determinante do sucesso dos empreendimentos étnicos depende de sua capacidade de acomodar as expectativas de seus consumidores. Claramente tais expectativas não são nada simples, pois que muitas vezes nem são conscientes. É preciso ter em mente que comer é atividade intrinsecamente sensorial, e muitas vezes a identidade de uma cultura pode divergir do nível de conforto de seus consumidores, e é neste cenário que os restaurantes étnicos precisam construir sua imagem de autenticidade e ainda ser palatáveis a seus consumidores.

Compondo com o discurso inicialmente mobilizado de autenticidade da comida servida, aos poucos foram sendo reveladas algumas adaptações que se fizeram necessárias aos pratos servidos no restaurante de S., seja para tornar o alimento mais “palatável” ao gosto do brasileiro, seja pela dificuldade de encontrar ingredientes ou ainda pelo seu alto custo. O café árabe, por exemplo, ainda que leve em sua receita cardamomo, teve sua proporção alterada, pois segundo S. na Síria costuma-se usar uma quantidade muito maior desta especiaria, mas os brasileiros não gostam tanto e preferem sentir a predominância do sabor de café. Os queijos utilizados para rechear as esfihas também diferem dos da Síria, principalmente por sua indisponibilidade no mercado brasileiro, mas ainda assim, para aproximar o sabor do que seria o “original” é feito todo um trabalho com os temperos e preparo deste antes de ir para a massa das esfihas, por exemplo. A necessidade de realizar modificações pode ultrapassar a adaptação de

receitas, e versar sobre a própria forma que o consumidor busca vivenciar a experiência. Constrangimentos econômicos e de disponibilidade de ingredientes também fazem parte da administração da autenticidade dos restaurantes. De outro lado, para produzir os doces, S. diz fazer questão de buscar ingredientes de fornecedores que importem da Síria, principalmente o xarope de rosa. Apesar de todas as adaptações feitas às receitas trazidas da Síria, S. reflete que o que garante a autenticidade da comida são as mãos que a preparam, por isso o diferencial do restaurante se dá por ter trazido pessoas que cozinhavam profissionalmente na Síria.

A característica de fluidez da cultura é evidente no campo da alimentação, em que as práticas são sujeitas à absorção de novos ingredientes, trocas, mudanças conforme condições de preparo etc. Dessa forma, os sistemas culinários dependem de sua adaptabilidade e flexibilidade. Sua autenticidade não depende do quanto ela é idêntica ao seu modelo original, mas quanto consegue manter suas características fundamentais conectadas ao centro de suas crenças culturais e diferenciada enquanto um padrão (LU e FINE, 1995). A ótica de Berghe (BERGHE, 2010) difere um pouco quanto à ideia de autenticidade, para o autor, esta seria também uma característica relacional, ou seja, em paralelo com outros contextos, considerando que as tradições culturais são responsivas ao seu ambiente, assim seria também o conceito de autenticidade.

4 DESLOCAMENTO DE URGÊNCIA

Embora parte importante da pesquisa de campo tenha sido realizada dentro do espaço de um restaurante/doceria pertencente a uma família de refugiados sírios, a busca por outros interlocutores se manteve ativa durante grande parte do percurso da pesquisa. Conforme já citado brevemente no início desta dissertação, o contato e a comunicação com refugiados sírios por meio das redes sociais não resultaram em possibilidades de entrevistas ou conversas informais para além do contato superficial pelas redes. Minhas tentativas de contato foram feitas a partir das referências que encontrei nas próprias redes sociais, em grupos de trocas de serviços e de venda de comidas. Além disso, acompanhava as redes sociais de algumas mulheres refugiadas sírias que vendiam comida. Observei que uma das estratégias utilizadas para divulgação de seu trabalho com a venda de comida síria era a referência a matérias de jornais, blogs, e até programas de televisão para os quais cederam entrevistas.

O contato com as mulheres sírias, no entanto, não foi tão simples quanto se poderia imaginar, dado que sua presença em meios de comunicação televisivos e redes sociais aparentemente não é incomum. Ao conhecer algumas matérias e entrevistas cedidas pelas refugiadas, observei que em grande parte a narrativa adotada é a de superação das dificuldades, a capacidade de adaptação e o papel da venda da comida no sustento da família das interlocutoras. Talvez até mesmo pela exploração de suas histórias feita pelas mídias, muitas mulheres com quem entrei em contato responderam negativamente sobre sua disponibilidade para uma conversa. Em suas falas consegui compreender que apesar de eu explicar não ser jornalista, elas seguiram afirmando que não estavam dando entrevistas, uma chegou a me perguntar qual seria o valor que ela receberia para participar, qual seria o “cachê”. O contato foi feito em sua maioria por meio das redes sociais, página no *Facebook* e *Instagram*, e as respostas pareciam de alguma forma padronizadas, o que me levou a pensar que talvez a demanda por tais entrevistas fosse recorrente.

O contato com F. se deu de forma distinta, um amigo em comum, sabendo da minha pesquisa, perguntou a F. se poderia me dar seu contato, e ela aceitou. Falamos por mensagens, e ela desde o princípio se mostrou muito aberta, e por ter muitas tarefas

em seu dia a dia, sugeri que eu a visitasse em sua casa e que conversássemos enquanto ela preparava as comidas que iria entregar.

Em um bairro residencial da zona sul, ao lado de um bar encontrei, em um portão estreito com uma escadaria na parte interna, o número escondido que F. havia me passado em nosso contato por mensagens de *WhatsApp*. Toquei o interfone e fui rapidamente recebida por minha interlocutora, que me convidou a entrar, subindo a estreita escada que culmina em um terraço, com dois varais com roupas estendidas, brinquedos de crianças espalhados, alguns pés de chinelos perdidos e uma cadeira quebrada. Havia também três bicicletas, sendo duas de crianças. O dono de uma das bicicletas veio me receber com bastante entusiasmo, com seus sete anos, logo me contou que estava aprendendo a escrever na escola, me perguntou meu nome e se eu gostaria de ver sua escrita. A menina, de 4 anos, dona da outra bicicleta de criança estava mais reservada, sua mãe disse que estava com gripe, e por isso não se sentia muito bem, estava mais quieta e logo dormiu no sofá. Ao entrar na casa fui recebida ainda por uma senhora que estava sentada em um dos sofás, F. a apresentou como “tia”, mas compreendi que era uma amiga brasileira, muito próxima de F., que a visitava em quase todos os fins de semana e inclusive em alguns dias da semana. As crianças também a chamavam de tia e pareciam ter bastante intimidade com ela. F. foi logo falando para eu ficar à vontade, pois ela era síria, mas era curda, me explicou que era um povo diferente, mais solto, mais alegre do que os outros sírios. Percebi que ela também se referia a ausência do lenço para cobrir os cabelos, e o uso de roupas não especificadas pela religião.

Na mesinha de centro próxima aos sofás estava disposta uma bandeja com alguns amendoins, damasco desidratado e nozes. F. me ofereceu um lugar no sofá e me serviu chá preto e amendoins, em seguida foi até a cozinha e trouxe mais xícaras, dessa vez para eu provar o café árabe com alguns docinhos organizados com esmero em uma bandeja. Contou que o café árabe era diferente, não se põe açúcar, pois durante a fervura adiciona-se cardamomo, o que ressalta o adocicado do pó de café, e a água é fervida junto com o pó durante muito tempo, o que deixa o café mais cremoso, então quando é colocado na xícara, deve se aguardar alguns minutos para que o pó decante no fundo dela.

Durante esse primeiro momento pudemos conversar um pouco sobre como foi o percurso até chegar em São Paulo, mas todo o relato foi sendo complementado por outras informações que surgiram nos nossos outros encontros.

F. chegou no Brasil em 2014, mas sua saída de Aleppo se deu em 2010, quando foi com seu segundo marido e um de seus quatro filhos para a Jordânia, período em que sua família perdeu a confecção de roupas que tinha devido à guerra. A fábrica foi saqueada e todo o maquinário furtado, o que, segundo ela, estava se tornando algo muito comum, e com o agravamento do conflito suas possibilidades de trabalho foram se extinguindo. Partiu com seu segundo marido sem planejar, com a urgência de recomeçar a vida em segurança. Estabelecidos na Jordânia, F. teve um filho com o segundo marido e conseguiu reunir seus outros três filhos mais velhos que haviam ficado com o pai em Aleppo. Contou que o pai dos três filhos a havia proibido de os levar no primeiro momento, mas após pouco tempo ela ficou sabendo que ele os negligenciava, que haviam abandonado a escola e estavam trabalhando, e por esse motivo ela resolveu trazê-los para morar na Jordânia, onde poderiam voltar a estudar. No entanto, após quatro anos se viram, novamente, na necessidade de buscar outro lugar para morar. Teriam que abandonar sua casa e buscar um novo destino, pois seu filho mais velho havia atingido a idade de alistamento obrigatório no exército sírio, e caso fosse descoberto, seria deportado e alistado imediatamente. Segundo F., o Brasil surgiu como uma possibilidade após uma breve pesquisa entre conhecidos e na internet, como um lugar com boas possibilidades de se conseguir um visto de refúgio. E, de fato, solicitaram e receberam em menos de um ano o visto de refúgio aqui quando chegaram. Venderam os bens que tinham, como móveis da casa, e conseguiram com ajuda financeira de alguns familiares, vir para o Brasil. A esta altura F. estava grávida do primeiro filho de seu segundo casamento.

Ao chegar em São Paulo, moraram em uma casa compartilhada com outros refugiados sírios, inclusive com outras famílias inteiras, na mesma rua em que moram hoje, mas segundo F., “era muita bagunça e havia pouco espaço”, e assim que seu marido conseguiu um emprego no mercado da região como estoquista (um trabalho muito pesado e cansativo, em suas palavras), mas que rende algum dinheiro, alugaram a casa em que estão hoje, com a ajuda de um amigo brasileiro (a casa foi alugada no nome

dele). A criança que estava no ventre de F. durante a viagem, nasceu aqui, é brasileira, e quando a conheci, a família havia acabado de dar início a um processo para naturalizar todos os seus membros. Desde que chegou, F. teve mais uma criança, também brasileira. A naturalização possibilitaria a F. ir até a Síria para visitar sua mãe, que ficou em uma cidade pequena do interior. Com o visto de refugiada ela não poderia deixar o país e depois retornar.

No momento em que encontro F., uma parte importante da renda de sua casa é proveniente de seu trabalho. Toda sua experiência no ramo têxtil e comercial, que lhe garantiu sobrevivência tanto na Síria quanto na Jordânia, a princípio não era garantia de ocupação no Brasil. A primeira barreira era a do idioma, que, sem cursos formais, F. aprendeu com o tempo, ouvindo seu entorno. Quando a conheci, apesar de me deparar com certos vácuos provenientes da linguagem, observei sua fluência e sua naturalidade em tentar compreender e se expressar em português. Para além do idioma, com um filho pequeno nascido aqui e mais três sob seu sustento, F. não encontrou um cenário ideal para buscar trabalho fora de casa. Seu marido, desde então, sem qualificação formal, realiza bicos em mercados e vendas da região, com trabalhos em sua maioria braçais. Ela conta que há cerca de três anos, em 2016, ela começou a pensar em trabalhar vendendo sua comida, e desde então essa atividade tem ajudado nas contas da casa. Segundo ela, foi um vizinho que sentia e elogiava o cheiro de sua comida, e que ao provar lhe perguntou o motivo pelo qual ela ainda não vendia o que preparava, “é nossa comida do dia a dia, não é nada especial”, foi sua resposta. Mas passou a cogitar a ideia e a divulgar para conhecidos, participar de feiras, e assim foi ampliando aos poucos sua rede. Em 2018 F. ficou sabendo de uma iniciativa de uma ONG que se propunha a profissionalizar e impulsionar refugiados que empreendiam. A instituição lhe forneceu diversos treinamentos, desde gestão de mídias sociais, noções de higiene, etiqueta e padrões de apresentação de seus pratos, como também a auxiliou a propor o que a instituição chama de “experiência”. A experiência consiste em uma oficina na qual o refugiado ensina algo que seja específico de seu local de origem, mas o diferencial é que a proposta visa aproximar o que seria uma “atmosfera”, que circunda o conteúdo a ser ensinado. Seria algo como uma oficina enriquecida de detalhes e histórias que permeiam

o conhecimento transmitido. No caso de F., ela ensina a fazer o pão folha¹⁹, e para tanto, recebe em sua casa, já como forma de inserir os convidados no seu ambiente familiar e cultural, por cerca de três horas. Além de ensinar e convidar as pessoas a de fato fazerem o pão, F. mostra sua família, conta sua história, serve café, chá, doces e pastas que aprendeu a fazer com sua família, além de se mostrar muito aberta a conversar e a responder perguntas.

A experiência é dividida em algumas etapas, que incluem o preparo e descanso da massa antes de ser assada, e para além da pausa, em outros momentos F. serve comidas e bebidas preparadas por ela, chás, cafés, esfihas, doces e as pastas de berinjela e grão de bico. A instituição que promove os encontros o faz por uma plataforma virtual pela qual realiza toda a comunicação e cobra dos participantes, repassando em seguida o valor para F. A plataforma divulga esporadicamente as propostas de experiências, e deixa a página disponível para que outras pessoas possam promover também. As redes sociais de F. foram criadas pela instituição também, e apesar de ter recebido treinamento sobre como gerir estas, observei que muito raramente ela posta alguma informação, de forma que a maioria dos clientes que a procura é indicado por conhecidos ou que ficaram sabendo da iniciativa via divulgação na plataforma da instituição.

No primeiro encontro, F. estava disponível para responder minhas perguntas, e apesar de inicialmente ter achado o momento descontraído, depois conforme fui conhecendo a dinâmica da casa, compreendi que houve um esforço para realmente fazer uma pausa nas tarefas, organizar a casa e me receber por quase quatro horas de um sábado. Nossos próximos encontros tiveram outra característica, percebi que F. havia me tirado do lugar de “estranha”, ou de “visita” e me colocado mais próxima do lugar que a “tia” ocupava, como amiga, talvez em decorrência do longo tempo de conversa que tivemos em nosso primeiro encontro. Logo na segunda vez que a fui visitar, também em um sábado de manhã, fui recebida por seu filho de sete anos, que correu descalço para abrir o portão e me recebeu com um longo abraço e um “saudades, faz anos né?”, quando

¹⁹ Para mais informações sobre o papel do pão dentro do regime e nutrição Síria, ver Honeysett, Bethany. Food for Generation: Regimes of taste and nurturing in Syria. In. Universitas 21. Malasia. 2011.

fazia apenas duas semanas que havíamos nos encontrado, sua receptividade, assim como a de sua mãe, são perceptíveis.

Durante todo esse encontro eu fiquei cuidando das duas crianças enquanto F. recebia quatro pessoas que estavam ali para a experiência. Ela não me pediu que olhasse as crianças, mas entendi que seria necessário, pois assim que cheguei a encontrei correndo muito para limpar e organizar a casa e uma mesa repleta para receber as pessoas enquanto as crianças seguiam espalhando brinquedos e demandando sua atenção. Decidi então tirar as crianças da sala e ficar na área externa brincando com elas enquanto sua mãe organizava os ambientes. Quando chegaram as pessoas para a experiência, ela me chamou para acompanhar a parte inicial da conversa, e ligou um desenho para as crianças assistirem na televisão. F. se apresentou e contou brevemente sua história (relato muito parecido ao que me havia contado em nosso primeiro encontro) e como havia aprendido a cozinhar desde muito nova com sua mãe, “as mulheres na Síria precisam aprender a cozinhar desde cedo”.

Seguimos para a cozinha, e lá, para cada participante havia um punhado de farinha e um copo com água dentro de uma assadeira distribuídos em duas grandes mesas. F. se posicionou em uma das extremidades da mesa e atrás dela havia um fogareiro a gás com uma panela grande com sua parte côncava virada para baixo, e em uma mesa pequena, uma almofada redonda coberta com um pano de prato branco. Assim que iniciou as instruções para o preparo do pão as crianças invadiram a cozinha pedindo para ajudar, ao que F. respondeu em árabe alguma coisa, de maneira firme e as crianças começaram a discutir em árabe também, achei por bem chamá-las então para a sala para brincarmos, ao que F. discretamente me agradeceu, e lá ficamos uma parte do tempo até que a “tia” chegou, entrou com bastante naturalidade na casa, foi até a cozinha e cumprimentou a todos e depois se instalou em um sofá na sala. As crianças passaram então a disputar o colo da tia enquanto eu juntava os brinquedos e tentava organizar a sala.

A massa do pão tem um tempo de descanso, e durante esse tempo os participantes, voltam para a sala, tomam chá preto no sofá e continuam a conversar com F., fazendo perguntas e contando como ficaram sabendo da proposta. Um casal presente parecia muito interessado na questão do conflito Sírio, fazendo perguntas sobre o cenário

político, ao que F. respondia de forma um tanto genérica, sob a justificativa de que “não se envolvia com política” em seu país.

O momento seguinte é o final em termos de preparo do pão, e pude acompanhar enquanto as crianças estavam na sala distraídas com a televisão. De volta à cozinha, a massa dos participantes já estava aberta, e então segue-se a parte mais delicada. O fogo já estava ligado e, com alguma destreza, F. demonstrou como se devia colocar rapidamente a massa na parte convexa da panela arredondada e, em pouco tempo, assim que surgissem as primeiras bolhas de ar, retirar com cuidado e colocar para esfriar na almofada redonda coberta com o pano de prato. Se a massa for colocada em um lugar que não absorva o calor, como a mesa, por exemplo, ela racha, por ser muito fina e estar em alta temperatura. A necessidade de ser ágil e ao mesmo tempo de garantir que toda a massa seja atingida pelo calor torna a tarefa desafiadora, e rendeu algumas risadas quando alguns dos participantes erraram no tempo ou no tamanho do pão. Cada participante pode tentar algumas vezes, de forma que em pouco tempo já havia um bom volume de pães prontos. Para concluir, F. demonstrou uma variação da receita, colocando a massa na chapa, e rapidamente despejando azeite e zaatar e fechando em um formato parecido com o de um crepe, tudo isso com muita agilidade para a massa não queimar. Após fazer alguns exemplares do pão temperado, seguimos de volta para a sala para degustar os pães com pastas de grão de bico e berinjela preparadas antes do início da experiência.

Todos provaram e elogiaram, tanto o processo de fazer os pães quanto as pastas, o chá e o café. Por fim, F. serviu doces que também havia preparado com antecedência. Foram cerca de quatro horas desde que chegaram até irem embora os alunos, como F. os chama, daquela manhã. Ao fim da experiência, sentamo-nos um pouco para conversar antes de começar a arrumar a casa e a cozinha e neste momento, que se repetiu algumas outras vezes durante o tempo que acompanhei F., ela me pediu ajuda para responder mensagens de *WhatsApp* e do *Facebook*. Uma das conversas que ela estava tendo e me pediu para mediar, demonstrando bastante irritação, era a respeito da compra de uma chapa convexa que poderia ser acoplada ao fogareiro, para substituir a panela adaptada, que utilizava para fazer os pães e que distribuía o calor de forma irregular, além de ser instável. Contou que na Síria era muito comum esse tipo de instalação, mas que aqui

teve que adaptar por não ter encontrado no mercado. Sua ideia era conseguir alguém que pudesse não só fazer uma chapa para ela sob encomenda, mas também que lhe servisse de referência para indicar para os participantes que se interessassem em comprar. Seu nervosismo se deu por achar que o homem com quem estava falando havia percebido que ela não era brasileira e a estava tentando enganar, pois no primeiro contato com ela, passou um preço, e no seguinte, o preço era outro, superior. F. fala e compreende razoavelmente bem o português (não fez nenhum curso, disse que se esforçava para ouvir e compreender as pessoas, e que seus filhos a ajudavam no começo), mas no momento que teve que me explicar o contexto da negociação com o suposto ferreiro que fazia a panela, pareceu muito confusa, talvez por conta do nervosismo, e tive bastante dificuldade de compreender a situação.

Aos poucos entendi que sua tensão não era associada àquela situação apenas. F. contou que sabia da existência de uma rede de pessoas de origem síria com posses, algumas com visto de refúgio e outras já naturalizados, mas que de alguma forma se apoiam e se beneficiam uns aos outros, sendo em sua maioria homens, e ela entendia que estava excluída dessa rede. Esse argumento voltou a seu discurso ainda em outras ocasiões diferentes, o que me fez perceber que era algo relevante para ela. No caso da chapa para os pães, ela havia descoberto via *Facebook* uma pessoa que trabalhava com ferro e que tinha o molde com o diâmetro exato necessário para sua necessidade. Entrou em contato e pediu um orçamento, tendo falado inicialmente por telefone com uma pessoa sem sotaque, presumiu ser então brasileiro. Mas em seu segundo contato, foi informada de um novo valor, mais alto do que aquele passado anteriormente, e seu interlocutor agora era alguém com sotaque, segundo ela, árabe. F. prosseguiu com suas buscas nas redes sociais, e concluiu que não se tratava de um refugiado da guerra de fato. Concluiu a partir de suas buscas, que a pessoa com que falara ao telefone, possivelmente responsável pela oficina que poderia fabricar a chapa, havia migrado para o Brasil com condições a convite de outros conhecidos, mas que, por conveniência, acabou por se declarar refugiado, dada a facilidade de obtenção deste visto para sírios.

A pesquisa e as hipóteses de F. se aprofundaram, ela descobriu nas redes sociais quem eram as pessoas envolvidas na venda do material específico que precisava, e deu a entender que havia uma espécie de monopólio da tecnologia para fazer exatamente

aquele modelo de chapa, por isso podiam colocar o valor que quisessem na venda, já que importar da Síria sairia muito mais caro e não havia outro ferreiro que soubesse e se dispusesse a produzir a chapa. A ideia de F. era conseguir alguém de referência para indicar para as pessoas que faziam sua oficina, caso quisessem comprar a chapa (como já ocorrera antes), mas ela não gostaria de indicar para alguém em que “não se pode confiar”, em suas palavras. Sua ressalva se baseava principalmente na mudança do valor que lhe seria cobrado sem especificar o motivo de tal variação, ou ainda, pode ter sido especificado, mas não foi suficiente para ela compreender ou concordar. A situação a deixou bastante desconfortável, dando margem ao seu raciocínio de que este poderia variar conforme o comprador, e logo, levando-a a crer que estava sendo discriminada por sua origem.

Na tentativa de ajudar, pedi as medidas do equipamento que ela buscava, e entrei em contato com algumas oficinas que trabalhavam com peças em ferro. Compreendi que este tipo de serviço poderia, de fato, ter um custo alto, pois em geral as peças são produzidas em escala industrial, a partir de um molde, e que criar um molde para produzir apenas uma ou poucas peças tornaria o processo bastante custoso, quase inviável economicamente. Tentei explicar para F. sobre o que descobrira com minha pesquisa, ela agradeceu muito, mas não desistiu de encontrar quem fizesse a peça para si, virando imediatamente para a “tia” e propondo uma visita à uma casa de utensílio domésticos de ferro na região do centro que havia visto em uma de suas idas em busca de insumos para a cozinha. A “tia” concordou, mas como em outros momentos, falou baixinho para mim que às vezes era difícil dissuadir F. de suas ideias, eu particularmente fiquei em dúvida se ela estava de fato sendo “difícil de dissuadir” ou se não havia compreendido minha explicação relativa ao alto preço.

Eu segui tentando contato com lugares que poderiam criar a chapa convexa fundida com o fogareiro a gás, e segui tendo o mesmo tipo de resposta para justificar orçamentos muito acima do que F. estava disposta a pagar. Após cerca de um mês, em um de nossos encontros perguntei como andava a pesquisa dela sobre a chapa, e ela disse que havia conseguido, seu marido encontrou em um site de vendas internacional e comprou de um vendedor canadense, e ainda assim o valor foi menor do que os que encontrara no Brasil. Fiquei surpresa quanto à prática resolução do problema, e

questionei sobre o preço, mas ela não soube me informar, e parecia não estar disposta a falar mais no assunto, imaginei que seu marido tivesse concluído a compra.

Quando conversamos sobre família, o fato de F. ter se divorciado veio acompanhado da ideia de que ela não era uma síria comum, retomando sua origem curda, se referindo a não ser tão “tradicional” nos costumes religiosos. Segundo ela, a separação de um casal não é exatamente bem-vista entre muçulmanos, e o ônus acaba sendo da mulher, que geralmente não se casa novamente, enquanto para o homem não muda muita coisa em termos de novas uniões matrimoniais. Por esse motivo, ela disse estar muito feliz de ter seu marido, que a aceitou mesmo separada e com três filhos. Eu convivi muito pouco com o marido de F. Geralmente, quando ele chegava do trabalho aos sábados, comia e se retirava para o segundo andar da casa, e eu logo ia embora, pois era o momento de a família ficar junto, ela me disse uma vez.

Em uma única ocasião em que F. havia recebido um grupo no sábado e participaria de uma feira no domingo, minha visita se estendeu com o intuito de colaborar para que tudo ficasse pronto para o dia seguinte. Combinamos por mensagem que eu iria cedo para sua casa, e assim o fiz, chegando às 9h da manhã. F. estava limpando e arrumando a sala com pressa, pois havia entendido que o grupo para a experiência chegaria às 10 horas, fugindo ao horário que habitualmente agendava os grupos. Enquanto eu a ajudava a organizar brinquedos, roupas, e outros objetos que estavam espalhados pela sala, F. resolveu verificar em seu celular e descobriu que estava enganada quanto ao horário, de fato a experiência, seria como de costume às 11h. Na uma hora que havia “ganho”, com a sala devidamente organizada para receber as pessoas, F. resolveu dar continuidade à um processo que se estendera até a madrugada, de preparo de comidas para a feira que participaria no domingo. Ela já havia preparado esfihas de queijo e escarola, e cozinhado o recheio de charutos de uva, bem como as folhas, e havia também uma grande quantidade de massa para falafel, que deveria ser frita o mais próximo possível do momento do evento. Sem cerimônia, F. me encarrega de descascar uma grande bacia cheia de batatas que precisam ser depois picadas em cubos. Enquanto dou conta das batatas, ela monta com uma agilidade impressionante os charutos de folhas de uva, colocando o recheio de verduras cozidas em folhas de uva aferventadas e as enrolando nas folhas. A quantidade de charutos que ela produz nesta uma hora deve ser suficiente

para a feira e para uma encomenda que deve ser entregue ainda na tarde de sábado. Ao fim de cerca de quarenta minutos pude contar duas assadeiras repletas com três andares de charutos empilhados e uma panela redonda cheia deles também, que irá ao fogo com água e temperos para terminar o cozimento e “pegar sabor”. Para concluir o processo de tempero, F. retira de seu armário cerca de quatro potes grandes de plástico, cada um contendo um tempero diferente, e em uma bacia no chão despeja uma considerável quantidade de óleo. A cada pote que abre ela cheira e coloca uma mão cheia do tempero, “eu não sei como chama aqui no Brasil, eu vou pelo cheiro mesmo, alguns sou eu que faço, como o zaatar, eu pego a base que compro aqui e misturo com outras coisas, pra ficar mais parecido com o da Síria”. Nos eventos em que participa, F. leva porções do seu zaatar para vender. De cócoras ela mistura todos os temperos ao óleo na bacia que está no chão e, ao fim, mergulha um frango e espalha nele os temperos. Observo a predominância de um tempero vermelho, e F. me conta que é o sumagre, que é muito usado quando ela está cozinhando para os seus de casa, mas que quando prepara alimentos para vender, ela usa em menor quantidade, pois é “muito forte, e o brasileiro não gosta muito, parece azedo”. O frango é retirado da bacia, os temperos que restam são despejados em uma frigideira grande com o fogo ligado, e após fritar um pouco essa mistura, ela despeja na panela com os charutos, e tampa a mesma com o fogo baixo, para terminar o cozimento e “pegar mais gosto”.

Pouco antes das 11 horas, concluímos a organização da cozinha para receber os convidados da experiência, desta vez são três pessoas, um casal e uma mulher que vieram indicados por uma amiga deles que já havia participado. Durante o tempo da experiência eu me encarreguei de cuidar das crianças, alternando entre brincadeiras na parte externa da casa e na parte da sala enquanto os convidados estavam na cozinha. Logo que os convidados foram embora, F. ligou a televisão em um desenho para os filhos e me chamou para a cozinha, o intuito era concluir as encomendas e os pratos para a feira do dia seguinte, mas ao mesmo tempo que ligava o fogareiro para esquentar o óleo e fritar os *faláfeis*, no fogão ela cozinhava arroz com lentilha e parte das batatas, com cenoura e carne moída, temperadas de forma semelhante à do frango já descrito. Me pediu para ir lavando as louças e, em seguida, ir organizando os charutos de folha de uva em potes para levar no dia seguinte. Apenas uma porção pequena seria destinada à

encomenda que seria entregue naquele dia. Com o óleo quente ela fritou as bolinhas que já estavam prontas, e as foi espalhando em uma grande assadeira, para esfriar e escorrer o excesso de óleo. Quando concluiu, fritou ainda uma grande quantidade de pão do tipo *pitta* cortado em pequenos quadrados, comprado no mercado: “sai mais barato do que fazer”, e em seguida, um tanto de cebola cortada em finas fatias. O segredo para a cebola ficar bem crocante, segundo ela, é a temperatura do óleo (tem que estar muito quente, o fogo já estava ligado há quase vinte minutos), e a adição de sal durante o processo, que ajudam a tirar a água da cebola, deixando-a crocante. Neste momento confesso que já não estava compreendendo quais alimentos iriam para a feira, quais iriam para a encomenda e, ainda, qual parte da comida estava sendo preparada para o almoço tardio da família. A cozinha assumiu um ritmo muito intenso, com todas as bocas do fogão ligadas, potes, panelas, assadeiras, temperos, fogareiro, cascas de alimentos espalhados não só pela mesa e pia, mas também pelo chão. Fiz um esforço de separar na sala o que seria entregue na encomenda, e neste momento chegou em casa a “tia”, que assumiu a tarefa de arrumar a mesa da sala, retirar as louças usadas na experiência, fechar e identificar os potes de plástico que seriam enviados ainda naquela tarde.

As entregas estavam prontas, aguardando o filho mais velho de F. chegar do trabalho para ir levar até a cliente. As comidas que iriam para a feira do dia seguinte também estavam organizadas, quando começamos então a organizar a mesa da sala para a família almoçar. O marido de F. chegou enquanto organizávamos a sala, cumprimentou a todos e subiu para o andar superior da casa. Não me dei conta de em que momento F. preparou uma panela de carne moída com cenoura e batatas, e uma salada de folhas temperada e com pedaços de pão frito. Além disso, ela complementou a mesa com o que havia ainda de *Babaganuj* e *Hummus* e os pães (uma mistura entre os feitos por ela, e os comprados no mercado). Na mesa sentamos eu, a “tia”, as duas crianças menores e o filho adolescente, o marido de F. e ela, que foi servindo a todos de forma bastante generosa. Os pratos recebiam o arroz com lentilha, a carne moída com batata e cenoura (a coloração deste prato era bastante avermelhada, e seu sabor tinha um leve azedo, que F. disse ser devido ao sumagre), a salada com um tempero marcado de limão e um pão. Perguntei como poderia me servir das pastas, que estavam sem talher, ao que F. me respondeu “aqui não tem um jeito certo, onde a mão alcança você

pode pegar”, me mostrando que partia o pão com as mãos e o mergulhava diretamente nas pastas. Quando fui repetir o gesto, o marido de F. me corrigiu, disse que não se podia levar a mão esquerda à boca, mas sempre a direita, tentou me explicar que era uma mão impura, usando palavras como “pecado, sujo, diabo” e “sempre à direita de deus, e não à esquerda”. Dado o aparente esforço que o marido de F. estava tendo que fazer para me explicar, a “tia”, amiga de F. passou a tentar justificar que ele não tinha má intenção no que dizia, e estava apenas tentando me ensinar, que as culturas são muito diferentes e que ele se enrolava com a língua. Percebi que ela havia ficado mais desconfortável do que o marido de F., que a esta altura já havia voltado a comer e a conversar em árabe com os filhos. A posição de intermediária adotada pela “tia” se repetiu em alguns outros momentos em que pareceu julgar haver certa distância entre o que era dito por F. e sua família e o que era compreendido por seu interlocutor. Ao mesmo tempo que ela parecia se preocupar em passar uma boa imagem de F. e sua família, em diversos momentos ela parecia também desfrutar de um certo prestígio por ocupar essa posição, como se só ela fosse capaz de “traduzir o nosso mundo” para F. e vice-versa. Era com orgulho que ela apresentava e falava de F. para os irmãos da igreja que frequentavam.

Ainda neste dia, ao fim do almoço, seguimos eu e F. para a cozinha levando pratos, panelas e copos da sala. Enquanto eu me encarregava de lavar a louça, ela organizava a cozinha, que estava ainda coberta de farinha, e com diversos utensílios espalhados por todos os espaços. Tivemos a oportunidade de conversar um pouco sobre religião nesse momento. F. me perguntou se eu tinha alguma religião, se eu havia sido criada em alguma fé. Expliquei que apesar de ter avós cristãos católicos, nunca havia sido ensinada a seguir alguma religião específica. Ela disse que essa era uma coisa muito difícil para ela entender, disse que não existe essa opção na Síria (entendi que ela se referia aos muçulmanos de lá), “se você nasce em família muçulmana, você será muçulmano, não pode mudar”. Ela contou que vai na igreja que a “tia” a leva, e que entende que há um deus maior, mas nem por isso ela deixa de ser muçulmana. Refletiu ainda sobre não cobrir os cabelos e nem o corpo como as sírias, mas que ela ainda assim vivia sob os olhos de Alá, e que aprendeu e ensina seus filhos a terem medo deste. Sua principal razão para frequentar, ainda que não de forma muito regular, a igreja adventista, era pela

receptividade e bondade das pessoas de lá, além do fato de ela encontrar ali outras pessoas com quem falar em árabe.

Minha visita neste dia se estendeu um pouco além do usual, pois ficamos ainda separando materiais, embalagens, copos descartáveis, guardanapos etc. para a feira que aconteceria no dia seguinte. Já passava das 20h quando comentei que precisaria ir embora, e para minha surpresa F. disse “embora? Você não vai dormir aqui?”, eu disse que não havia pensado nisso, e que não gostaria de atrapalhar, então poderia encontrá-la no dia seguinte cedo para ajudar a transportar as comidas e materiais para a feira. Ela afirmou não ser problema nenhum eu dormir, pois já era tarde e ela teria cobertores e travesseiros, mas eu preferi ir embora. Combinamos de nos encontrar no endereço da feira no dia seguinte, e a “tia” ficou de me enviar uma mensagem de manhã caso elas fossem precisar de ajuda na parte da montagem, caso contrário eu poderia chegar mais tarde e ir como convidada para aproveitar o evento. No dia seguinte não pude ir durante a manhã, por conta de imprevistos familiares, mas consegui chegar na feira no meio da tarde.

A feira ocorreu em uma casa alugada pela igreja, compreendi que era organizada por esta, com um grande salão, mesas e cadeiras ocupavam o centro, e as mesas dos expositores no entorno. Notei que a maioria das mesas vendia comida, e entre as consideradas árabes havia além da de F. mais duas, uma de doces e outra com pratos diferentes dos oferecidos por F. Além das mesas com ofertas de comida, havia mais um ponto de um refugiado sírio, que vendia roupas femininas, perfumes, essências, bijuterias e enfeites, todos, segundo ele, vindos da Síria. Sua abordagem era bastante ativa com os possíveis clientes, diferente das outras mesas com comidas sírias, que apenas aguardavam os pedidos atrás da mesa. Homem jovem, com cabelos penteados para trás, chamava as mulheres para experimentarem as fragrâncias que vendia com “exclusividade”, segundo ele, colocava as bijuterias perto da orelha das mulheres e colares no colo de quem demonstrava qualquer interesse em seus produtos. Nas outras mesas encontrei somente mulheres vendendo comida, e algumas crianças ao redor das mesas, e a postura destas era muito diferente da descrita. Com pratos expostos nas mesas, e com etiquetas de preços, elas apenas se manifestaram quando eu ativamente perguntei algo sobre seus produtos.

Quando cheguei na mesa de F. a encontrei bastante animada pois já não restava comida para ser vendida. A “tia” me chamou atenção e disse “você chegou no final, agora não tem mais nada, espero que não esteja com fome”, recebi com um sorriso tal comentário e me desculpei por não ter conseguido chegar antes, mas disse estar feliz por terem vendido tudo. F. me ofereceu um chá que havia trazido na garrafa térmica, e me contou que não imaginou que fosse vender tanto, e que teria que calcular melhor para não faltar na próxima feira. Contou que muitas pessoas pediram seu contato para fazer encomendas, e se direcionando à “tia” disse que precisava resolver isso logo, mas quando lhe perguntei se ela já tinha cartões, ela teve de sair para atender uma pessoa, e explicar que já não tinha mais nada para vender.

Retomamos o assunto da impressão dos cartões em outro momento, F. contou que havia descoberto e conversado com um funcionário de uma gráfica do bairro, bem perto de sua residência, e havia incumbido o marido de ir até lá encomendar os cartões e pagar pelo serviço. Para tanto ela havia preparado um papel com o que deveria estar escrito no cartão e com seu número de telefone, porém quando o cartão foi entregue, ele tinha um erro justamente no número de telefone. O marido de F. teria ido até a gráfica para resolver, mas não conseguiu uma reimpressão com o número certo, segundo F. e a “tia”, a impossibilidade de negociar se deu porque o marido de F. era muito “nervoso” e teria se desentendido com o funcionário, que alegava que o erro havia sido dele, que entregou um papel com número diferente. A conclusão foi que o dinheiro não foi devolvido, e os cartões inutilizados, então F. estava buscando outros lugares que pudessem imprimir seus cartões. Perguntei por que ela mesma não havia encomendado os cartões, e ela me explicou que era seu marido que cuidava das coisas relacionadas ao dinheiro da família. Esta colocação de F. me fez refletir sobre esse aspecto da organização de sua família, pois embora o marido fosse oficialmente responsável pela parte financeira da casa, era o trabalho de F. que em grande parte sustentava a numerosa família, e durante todo meu convívio, presenciei apenas uma vez a ajuda de seu marido em algo relacionado ao preparo das encomendas ou feiras. Em um dia muito atarefado de F. ela recebera uma encomenda para o dia seguinte e não teria matéria-prima suficiente para preparar, então pedira ao marido que fosse ao mercado (ela indicou qual) e comprasse uma quantidade específica de queijo e de carne. Da observação de outros

momentos, entendi que quem levava F. aos lugares para comprar desde insumos para cozinhar (e não somente para as encomendas, como para alimentar sua família), até embalagens e descartáveis para as feiras era a “tia”. Ela também entregava grande parte das encomendas e transportava F., seus filhos e as comidas para todos os eventos dos quais participava, além de ela também “agenciar” F. para feiras diversas, principalmente as da igreja.

Neste momento creio que seja interessante contar sobre a relação entre F. e a “tia”. Desde minha primeira visita à casa de F., a “tia” sempre esteve presente, algumas vezes já se encontrava lá, outras chegava depois de mim e entrava com naturalidade na casa, sem que F. tivesse que parar suas atividades para recebê-la. Em uma das poucas oportunidades que tive de conversar individualmente com a “tia”, lhe perguntei como havia conhecido F. e ela me explicou que foi por meio da igreja que frequentava. A Igreja Adventista possui um núcleo “árabe” e um programa de acolhimento e auxílio de refugiados no Brasil, por meio do programa ela havia recebido o contato de F., que estaria precisando de auxílio para se adaptar ao novo país. Desde então, a relação das duas se estreitou a ponto de se considerarem como parte da mesma família, convivendo com bastante frequência, seja em visitas da tia que acontecem várias vezes durante a semana e em quase todos os fins de semana, seja em encontros da igreja, dos quais F. passou a participar. Em alguns momentos que estive com a “tia”, ela expressou o sentimento que tinha por F. e sua família, que as crianças eram netos que a vida lhe deu.

Quando compreendi a origem da relação entre F. e a “tia”, decidi que seria interessante observar e entender como se davam os momentos relacionados à igreja, demonstrei interesse em acompanhá-las em alguma oportunidade. Algumas semanas depois de manifestar meu interesse, tive a oportunidade de acompanhar F., seus dois filhos menores e a “tia” a um dos encontros da igreja. Embora não tivéssemos falado especificamente sobre ir para a igreja naquele sábado, assim que cheguei na casa de F. pela manhã, encontrei todos saindo e indo para o carro da “tia” estacionado do outro lado da rua. Após um breve momento tentando repassar comigo mesma se havia compreendido algo errado de nossa troca de mensagens do dia anterior, combinando minha visita na parte da manhã, fui logo convidada pela “tia” a entrar no carro e ir junto para o encontro.

Fomos todos no carro da “tia”, e chegamos em pouco tempo, pois o evento que estávamos indo iria acontecer justamente no prédio de acolhimento da comunidade árabe, localizado em uma área residencial de São Paulo não muito distante da casa de F. O sobrado a que nos dirigimos parecia pequeno por fora, com duas janelas decoradas com arabescos, e uma placa também decorada com os mesmos padrões. A impressão do tamanho reduzido se modifica uma vez que adentramos o lugar e somos recebidos por pessoas que parecem conhecidas tanto de F. quanto da “tia”, que nos cumprimentam e apontam para uma cesta de onde se pode pegar um lenço para cobrir os cabelos caso queira fazê-lo. F. o faz, mas a “tia” segue entrando e cumprimentando silenciosamente as pessoas presentes e nos convidando a sentar no fundo do salão para ouvir o que um homem fala em um pequeno palco, acompanhado por uma imagem de mãos em prece projetada na parede. É o pastor que conduz uma reflexão em português a respeito de uma passagem bíblica, porém nós podemos ouvir apenas o final da explanação que havia começado antes da nossa chegada. Ao fim da explanação ele chama uma mulher que sobe ao palco com os cabelos e pescoço cobertos, e falando em árabe puxa o coro de uma música também em árabe, porém acompanhada de legendas em português projetadas no telão ao fundo. F. acompanhou partes da música, demonstrando que já a conhecia, pois frequenta a igreja há algum tempo, ainda que não de forma sistemática. A “tia” me conta que a música é um louvor em árabe para poder incluir nossos “irmãos” que falam essa língua. Com o fim da música, o pastor retoma a palavra para divulgar e convidar os presentes para participar de eventos que ocorrerão na semana, como palestras e aulas. Agradece a presença de todos e convida os presentes a organizarem o salão para o almoço que será servido a todos. Com isso, todos se levantam e parecem saber o que fazer, pois se mobilizam para trazer mesas redondas de uma sala da lateral do palco, organizam as cadeiras em volta das mesas e rapidamente montam uma sequência de mesas cobertas de toalhas brancas, grandes panelas e recipientes com comida.

Com o salão já repleto de mesas e cadeiras, começa-se a formar uma fila para pegar a comida, “vai no começo da fila, as crianças sempre vão primeiro, vai você com elas” me diz a “tia” ao ver que estou ainda observando e decidindo o que faria. Apesar de ficar claramente desconfortável de estar “furando” a fila sob o pretexto de acompanhar

os dois filhos de F., eu o faço, dada a insistência da “tia” para que me sinta à vontade. A maioria das pessoas parece conhecer F. e seus filhos, interagem com eles com bastante espontaneidade e fazem brincadeiras que evidenciam intimidade, inclusive enquanto servem comida. A comida oferecida não tinha qualquer tipo de carne, e a “tia” me explicou que é assim nessa igreja, há uma recomendação de não comer carne, principalmente nos dias de cultos.

Depois do almoço comunitário oferecido pela igreja, acompanhei F. ao fundo do salão, enquanto ela foi cumprimentar algumas pessoas que conhecia, e notei que com algumas delas, principalmente com três mulheres e um homem, ela falou em árabe. Em seguida ela me apresentou, e me contou que eram refugiados do Egito e que também foram acolhidos pela igreja.

Ainda neste dia, fui apresentada ao pastor, um homem com idade aproximada de 40 anos, com trajes formais e com uma espécie de echarpe nos ombros. F. fez questão de o cumprimentar quando estávamos saindo da casa em que ocorrera o culto e o almoço, disse que ele era muito bom com ela e com seus filhos, então ela tinha que falar com ele. F. me contou que fornecia o pão para todos os eventos da igreja, o que lhe garantia uma renda bastante regular. Logo a “tia” se juntou a nós e me apresentou ao pastor com bastante entusiasmo, dizendo que eu poderia trabalhar com as crianças, que eu sabia falar inglês e que estava disposta a ajudar. O pastor foi bastante receptivo e disse que eram pessoas muito queridas que estavam ali, e seguiram conversando ainda por alguns instantes sobre os dois filhos de F. que nos acompanhavam. A situação toda me deixou um pouco desconfortável, principalmente por eu nunca ter demonstrado qualquer interesse em trabalhar na igreja, mas pude chegar a algumas hipóteses para explicar o ocorrido. A primeira é de que a “tia” tenha estendido minha disponibilidade de ajudar F. tanto com os filhos quanto com o idioma a aqueles que a igreja ajudava, tendo em vista que foi por meio de um programa da igreja que a “tia” chegou até F. Minha segunda hipótese é de que de alguma forma para ela, perante o pastor (se não perante os outros frequentadores da igreja), era importante mostrar que ela estaria levando novos fiéis, mobilizando novas pessoas dispostas a ajudar e a participar. Essa segunda hipótese se baseia na minha percepção sobre a forma entusiasmada como fui apresentada e tive meu currículo descrito ao pastor. Depois deste momento, não falamos

mais detidamente sobre minha ajuda a igreja, mas durante algum tempo recebi convites da “tia” via *WhatsApp* para participar de escola sabatina e até pedidos diretos de ajuda para eventos da igreja, para fazer trabalhos com as crianças em dias de culto.

O papel das instituições religiosas no acolhimento de refugiados no Brasil é apontado como central por Vasconcelos ao observar sua predominância nas ações com venezuelanos em Boa Vista e Manaus. Segundo a autora,

As Igrejas constituem-se parte integrante de uma indústria migratória que se articula em âmbito internacional. Esse segmento da indústria migratória oferece auxílio nas demandas emergenciais e por outro lado contribui para um processo de terceirização das políticas governamentais. (2021, p. 224).

Em discurso semelhante aos registrados por Vasconcelos com refugiados venezuelanos em Boa Vista e Manaus, F. aponta como encontrou no espaço da Igreja adventista acolhimento, e percebeu ser tratada como uma igual perante uma fé que ultrapassa especificidades religiosas (em suas palavras).

Ao chegar ao Brasil, F. foi encaminhada para uma instituição católica para ser acolhida e receber assistência, orientações e encaminhamentos de sua documentação. No entanto, quando a conheci seu relato foi de que está pouco lhe ajudou, e que por tal motivo não recorria mais a esta instituição. Durante o meu tempo de convivência com ela, observei que ela transitava entre os espaços e instituições religiosas. Mesmo que não frequentasse a mesquita, continua professando sua fé em âmbito privado, e assim ensina seus filhos, mas aos sábados frequenta a Igreja adventista em um núcleo árabe, que se propõe a acolher refugiados de ascendência árabe. Antes de eu sequer ter contato com esse histórico de instituições pelas quais passou ou que ainda frequenta, uma fala me marcou, e que depois veio a soar como uma explicação prévia ao que eu poderia vir a pensar sobre esse assunto. Ela comentou que é muçulmana e que nessa religião, não existe a possibilidade de deixar de ser, ou escolher outra no decorrer da vida, no entanto, ela acredita sermos todos filhos de deus, e que independente da religião, somos irmãos. Como apontado por Vasconcelos (2021), a igreja cristã não católica tem uma postura mais calorosa e afetiva, além de personalizar o tratamento dado aos seus frequentadores, os tirando do anonimato e os apresentando à comunidade. F. e sua família são conhecidos dentro da Igreja, seus filhos transitam no ambiente com muita

naturalidade, e não passam despercebidos, ao contrário, têm intimidade e conversam com muitas pessoas, mesmo longe de sua mãe. Esta, por sua vez também tem bom trânsito entre muitos dos fiéis que tive a oportunidade de conhecer, assim como os dois pastores presentes nos dias em que a acompanhei também a tratam com familiaridade. A frequência e abertura para a prática de uma fé diferente da sua de origem pode ser entendida como uma estratégia que viabiliza e permite que crie redes e contatos no Brasil. Essa é, também, uma realidade observada por Vasconcelos em Boa Vista e Manaus: “A vinculação com instituições religiosas e a reivindicação de valores comuns com os/as brasileiros/as são táticas para conseguir apoio e aceitação social, acionadas pelos/as migrantes venezuelanos/as em Boa Vista e Manaus.” (2021, p.222).

Conforme minhas visitas foram sendo mais regulares, fui tendo mais espaço para conhecer melhor os processos pelos quais F. passava para conseguir trabalhar vendendo sua comida. Em diversos momentos em que F. me pedia ajuda na cozinha, para fazer tarefas geralmente simples, como lavar a louça ou descascar e picar vegetais, ela compartilhava alguma insatisfação ou sentimento de injustiça. A naturalidade desse gesto fazia parecer como se eu a acompanhasse há muito tempo, ou como se eu, de alguma forma, soubesse do que se passava com ela em diversos âmbitos de sua vida. Comecei a me dar conta de que, muitas vezes, quando ela expressava alguma coisa que para mim poderia parecer pontual, na realidade era relacionado a alguma outra situação ou sentimento. Possivelmente, os exemplos a seguir ajudem a compreender. Diversas vezes em que estive com ela, ajudando desde bem cedo pela manhã a preparar alimentos, organizar a casa e encomendas até a tarde, a ouvi dizer que era muito difícil fazer tudo sozinha, que sem ajuda e com todas as tarefas que ela tinha somadas à suas tarefas domésticas era muito pesado, e ela constantemente estava cansada. Com alguma frequência ela dizia estar cansada depois de ter passado grande parte da madrugada trabalhando, cozinhando. Nestes momentos eu ficava tentando compreender o que ela estava tentando me dizer, e qual reação esperava, tendo em vista que minha presença para a ajudar com as tarefas estava se tornando frequente. Geralmente eu buscava demonstrar empatia e positividade, dizendo que ainda bem que ela estava tendo tantas encomendas, e que conseguiríamos fechar o dia com tudo pronto. Notei também que em diversos momentos havia outras pessoas ajudando além de mim, fosse a “tia” com

compras, crianças, ou entregas, ou a namorada de um de seus filhos, fazendo tarefas semelhantes às que eu fazia quando estava lá.

Gutierrez-Rodrigues (2012) destaca que o trabalho doméstico não produz nenhum bem que vá circular no mercado, o seu resultado se dá na esfera da garantia da reprodução doméstica da força de trabalho. Não é um trabalho percebido como integrante da cadeia produtiva.

Ao ser concebido como trabalho simples – por ser natural do organismo feminino – e reprodutivo – por não colocar um produto no mercado – a força de trabalho da dona de casa e/ou da trabalhadora doméstica é absorvida pelo capital sem receber a devida recompensa monetária e o devido reconhecimento social. (p. 455).

Para a autora, o trabalho doméstico é visto como algo que não necessita preparo ou treinamento específico, mas sim como uma habilidade que qualquer um tem, principalmente mulheres migrantes ou de baixa renda, dessa forma, na lógica do sistema-mundo moderno/colonial, é um trabalho racializado, feminizado, simples e reprodutivo.

Observando toda a experiência com F., notei que ela oscilava entre um discurso de força e superação, geralmente nos momentos em que tinha que expor sua história, em entrevistas ou durante as experiências, e outro de exaustão e desânimo, geralmente neste âmbito mais privado, quando estávamos só nós e a “tia”, apontando injustiças pelas quais julgava passar. Ao reclamar por ter que dar conta sozinha de suas demandas, quando de fato estava contando com ajuda externa, ela se referia a seus filhos e marido, que não a ajudavam, e percebi isso apenas quando ela se comparou a outra refugiada síria que também vendia comida, mas cujo marido ficara relativamente conhecido por ter aberto um restaurante e posteriormente fechado, passando a viver de encomendas advindas principalmente de uma comoção pública por sua história nas redes sociais. Nesta outra família o marido tinha grande protagonismo no preparo, venda e divulgação da comida, enquanto a esposa estava com alguma frequência sendo entrevistada, e realizando alguns trabalhos de publicidade com mensagens de superação e de respeito às diferenças, no caso dela, evidenciadas pelos trajes tradicionais com o corpo, pescoço e cabelos cobertos. Segundo F., apesar de vender comidas, tal refugiada não sabe cozinhar, F. chegou a comentar que “ela mente”, e ainda assim, era com alguma

frequência convidada para eventos e entrevistas para falar sobre como sobrevive com a venda de sua comida. Daí também vinha o sentimento de injustiça, e talvez de solidão, que F. expressava. Ela dizia também que era mentira o discurso de que se sustentavam da comida, quando na verdade, eles trabalhavam com importações de roupas e objetos para a casa, pois tinham contatos na Síria e dinheiro para pagar o transporte dos produtos. De fato, algum tempo depois me deparei com um post em uma rede social da mulher de que F. falava, fazendo propaganda de vestidos e louças, segundo ela, típicos e vindos diretamente da Síria.

A desconfiança aparece na fala de F. algumas outras vezes durante nosso convívio. Ela suspeita que por algum motivo, e crê que talvez seja por não se vestir nem se portar da forma tradicional muçulmana, ela estava sendo preterida na escolha da ONG que organiza as experiências. Além de qualificar refugiados e oferecer assistência para que desenvolvam seu próprio negócio, a instituição também trabalha com catering, convocando os refugiados que produzem comidas para oferecer *coffee break* em eventos e empresas. F. realizou alguns eventos, mas passou a sentir que estava sendo menos convocada, e atribuiu isso ao fato de não ser uma “síria tradicional” (no que diz respeito a modos e vestimenta). Em outra ocasião, no lançamento de uma publicação a respeito das trajetórias de refugiados no Brasil, elaborada em parceria com a ONG e uma grande editora, F., que fora entrevistada também, estava se sentindo de certa forma injustiçada. O motivo ela declarou ser por não ter tido uma página da publicação com uma foto sua, enquanto outra refugiada síria, que também foi entrevistada, aparece em uma página inteira, vestindo seu *hijab*.

O sentimento de injustiça e solidão talvez seja derivado da grande demanda familiar que dita a rotina de F. Sem a presença constante do marido, que trabalha todos os dias da semana, com exceção de domingo, ela cuida dos filhos, os leva e busca na escola, cozinha para a família, para encomendas, e ainda recebe os grupos para experiência, o que lhe exige estar com a casa limpa, arrumada e com comidas prontas para serem servidas. Em seu dia a dia, ela, de fato, tem que dar conta de muitas coisas sozinha, as ajudas de seus consanguíneos são esporádicas, diferente do que parece supor que seja na outra família citada.

Sua desconfiança com relação a outros refugiados apareceu em outros momentos. Além do questionamento da autoria das comidas vendidas por outras mulheres sírias, da insatisfação e sugestão de má-fé dos possíveis vendedores da chapa para o pão, ela também apontou para a atividade do único homem que encontramos na feira promovida pela igreja, descrita anteriormente. Disse que os perfumes que ele vende não são exclusivos, e sim falsificações, assim como as bijuterias nem importadas são. Questionou também sua condição de refugiado que “vive pedindo ajuda e na verdade tem dinheiro e tira o lugar de outras pessoas que precisam mais”. F. me disse uma vez que não tinha amigos sírios, que ela era diferente e que quando tentou estreitar laços com outras mulheres que vivenciam situações semelhantes, chegou a ser discriminada, diz ela, por ser curda, e, portanto, mais espontânea, gostar de dançar em público e ser muito alegre. Me contou que “a mulher síria tem que ser mais quieta, não pode sorrir, não pode mostrar cabelo, não pode ser alegre.” Por esse motivo, F. diz não ter uma rede de amizades com que se identifique plenamente, os considerados amigos por ela são clientes, pessoas que a ajudam, e, na maioria, brasileiros, mas mesmo entre estas pessoas, ela não se sente completamente à vontade, por conta das diferenças culturais e da língua. Ela me contou que quando chegou no Brasil, tentou localizar outras famílias curdas, mas disse que não encontrou nenhuma, e que sente falta de estar entre pessoas parecidas com ela.

Conheci apenas dois dos três filhos mais velhos de F. Um adolescente de 15 anos que mora na mesma casa de F., estuda e raramente ficava na parte da sala e cozinha da casa, se reservando a maior parte do tempo em seu quarto no andar de cima. O encontro com o outro filho, de 21 anos, foi também bastante rápido, mas me expôs a uma situação interessante relacionada aos segredos da cozinha de F. Em uma de minhas visitas encontrei na casa, além de F., um cachorro que brincava com as crianças, e uma moça negra, jovem, sentada no sofá, que se apresentou como noiva do filho de 21 anos de F. Elas conversavam de forma descontraída exatamente sobre as tentativas de reproduzir a coalhada de F. A pretendente a nora de F. havia pedido a receita e tentado reproduzir em casa, mas não conseguira atingir o mesmo resultado na coalhada, principalmente na textura. Segundo F. não há mais segredos, é apenas uma questão de tentar outras vezes, mas a nora insiste que existem coisas da cozinha que F. não revela nem para os filhos,

e a única reação de F. foi dar uma grande risada, deixando espaço para a interpretação de que talvez tenha, de fato, coisas que ela não revela por completo.

Em uma outra tarde, quando já havia terminado uma importante encomenda, F. permitiu-se sentar no sofá e receber os filhos no colo. Durante esse momento ela falou apenas em árabe com eles, e o assunto parecia divertido, pois todos gargalhavam. Quando disse que não estava entendendo, seu filho de 7 anos disse rindo “é segredo, segredo de família”, F. repetiu dando risadas, que era segredo e não podia falar, logo seu marido também chegou do trabalho, acendeu um cigarro e participou da conversa animada.

Embora tenha de fato acompanhado momentos em que F. preparava comida em sua casa, pouco acessei as especificidades de seus temperos, tempos e modos de preparo. Tive algumas perguntas respondidas, mas em sua maioria foram respostas que impossibilitam a reprodução das receitas, como “não sei o nome desses temperos em português, conheço apenas pelo cheiro”, ou ainda “a quantidade eu decido a olho, não tem uma receita, vou experimentando”. Talvez de forma inconsciente, esse tipo de resposta aponte para um esforço de preservar os “segredos” da cozinha, ou uma forma de se tornar absolutamente imprescindível no preparo destes alimentos, conferindo a F. seu senso de decidir “a olho”, ou de provar e identificar o ponto das coisas. Dessa forma, ela pode até indicar a receita, como possivelmente o fez para sua nora, mas a “mão”, a sensibilidade de compreender os tempos de preparo, temperaturas e temperos, é a prática que traz. A receita enquanto uma série de passos a ser seguida pode ser transmitida em algum momento, mas todas as sutilezas que tornam o prato especialmente saboroso, ou com uma textura específica, isso perpassa a experiência e a subjetividade de quem o faz. A experiência é entendida como um acúmulo de vivências, memórias, observações, tentativas, acertos e erros, e a subjetividade (composta por história pessoal, apreciação sensorial, entre outros fatores), encontrar em seu próprio paladar a medida do que pode agradar ao outro.

Quando se considera a alimentação em sua dimensão simbólica, observá-la em contextos atípicos para sua manutenção pode ser profícuo para compreender sua importância. No contexto do deslocamento, forçado ou planejado a mudança de cenário acarreta também uma mudança na experiência sensorial de mundo cotidiano, e a relação

que o imigrante cria com a comida, mesmo que não imediatamente, pode ajudar, facilitando a experiência da migração. Entendida enquanto mudança geográfica, implica na reelaboração de elementos que reforçam o sentido de identidade, a alimentação tem extrema relevância, principalmente como interface entre o país de origem e o novo. Woortman (2013) aponta para a comida como expressão, entre outras dimensões, de memória familiar.

A persistência das práticas alimentares em comunidades de imigrantes muitas vezes é mais forte do que da própria língua, segundo Diana Codesal (2011). Outras autoras concordam que a alimentação é das características mais resistentes às mudanças geográficas, regras, práticas e representações simbólicas são transmitidas, assimiladas e perpetuadas entre membros de um mesmo grupo (ROCHA, RIAL e HELLEBRANDT, 2013). Vallinatos e Reine (2018) associam tal persistência à conexão entre comida e identidade, mas concordam que ainda assim é possível encontrar mudanças, adaptações e incorporação de elementos da nova cultura na dieta imigrante, como observado em seu estudo sobre mulheres árabes e asiáticas que migraram para o Canadá.

A dificuldade que tive para acessar a cozinha do restaurante descrito no capítulo anterior pode guardar semelhanças com a apresentada por F., seja por talvez o discurso de meu interlocutor possivelmente não se comprovar na prática, seja para manter um interesse constante de tentar “adivinhar” os temperos e insumos usados, ou até mesmo para manter o segredo da mão que faz, longe dos olhos dos que comem, no caso do restaurante.

Um pouco fora da rotina de encontros aos fins de semana, pude acompanhar F. em dois momentos a partir de seu convite. Nos encontramos em dois eventos, ambos no Museu do Imigrante, em sextas feiras consecutivas. No primeiro deles, F. foi convidada para compartilhar sua experiência de refúgio. O evento era um encontro consultivo da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, da Prefeitura de São Paulo, e objetivava mapear e consultar refugiados sobre possíveis pautas relacionadas às políticas migratórias em São Paulo. Havia refugiados de diversas nacionalidades, sendo F. a única síria, que, convidada a compartilhar sua opinião, percorreu brevemente sobre a burocracia envolvida nos processos de documentação no

Brasil. Ela se referia à sua tentativa de se naturalizar brasileira, podendo assim sair do país e voltar (seu plano era visitar a mãe doente que ficou na Síria), direito que ela sabia ter por seus filhos terem nascido aqui, mas que, no entanto, estava encontrando impasses para usufruir. Neste evento fui apresentada como amiga de F. por ela mesma, e a ajudei a cuidar de seu filho menor e a expressar algumas ideias para outros participantes. Após sua fala, um outro participante, refugiado do Haiti, pediu a palavra e fez uma reflexão sobre o desconforto que F. expressou a respeito da burocracia brasileira. Segundo este outro participante, os refugiados tendem a achar que as filas, informações desencontradas, demasiadas exigências burocráticas, entre outros desconfortos, acontecem somente com eles, como uma forma de discriminação, quando na realidade os brasileiros também enfrentam tais dificuldades, mas isso é naturalizado pois vivem isso de forma tão cotidiana que não demonstram mais surpresa ou indignação. Ao fim do evento, apesar de eu tentar retomar o assunto com F., ela se mostrou muito irritada com a dificuldade que estava encontrando em seu processo de naturalização, e não estava disposta a aceitar as sugestões que fiz para tentar resolver a questão. Em outro encontro retomei o assunto, e com mais calma ela me explicou que havia entrado com os documentos solicitando a naturalização há cerca de um ano, porém a Polícia Federal ainda exigia o comprovante de antecedentes criminais de seu marido, documento que segundo F. era impossível de se obter, uma vez que ambos saíram fugidos da Síria.

O outro evento era um lançamento de uma publicação com um compilado jornalístico de experiências de refugiados no Brasil, e neste evento, ela foi convidada pela mesma ONG que organiza as experiências para compor o catering, junto de uma chef colombiana. Embora tenha sido entrevistada para compor a publicação, demonstrou frustração ao receber sua cópia e observar que não tinha uma foto sua, enquanto de outra refugiada síria a foto e a história ocupavam duas páginas. Ao fim do evento a apresentei a um colega jornalista que havia trabalhado na realização das entrevistas (mas em Roraima), e F. em tom de brincadeira perguntou por que não haviam colocado uma foto dela, mas sim da outra refugiada, também presente no evento. Apesar do tom de brincadeira a situação gerou um momento de constrangimento, que foi seguido de mais brincadeiras por parte de F. “se quiser pode me entrevistar, mas eu tenho que aparecer ein!”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos etnográficos resultantes da pesquisa aqui exposta mobilizam aspectos diversos da experiência do refúgio sírio na cidade de São Paulo, tendo como fonte de sustento e busca por inserção econômica a venda de comida típica de seu país de origem. A identificação da venda da comida como possibilidade de ser uma fonte de renda viável quando o mercado de trabalho formal se apresenta como inacessível permeia as duas experiências, sendo que na primeira experiência relatada a identificação se deu, inclusive, antes da vinda para o Brasil, tendo sido sua materialização planejada com antecedência, e evidenciando a percepção de que a venda de alimentos seria um investimento com rápido retorno financeiro.

Embora meu interlocutor, o patriarca da família descrita no capítulo 3, tivesse em mente o investimento no ramo alimentício antes de chegar no Brasil, seus filhos tentaram uma inserção no mercado formal dentro de suas áreas de atuação prévias, ortodontia e contabilidade, porém frente às inúmeras dificuldades de validação curricular e de aprendizado do idioma, acabaram se envolvendo no empreendimento de seu pai, e encontrando ali também fonte de subsistência para seu núcleo familiar.

De forma menos planejada, e pautada na necessidade de sobrevivência, a segunda experiência aqui descrita expôs a dificuldade encontrada pelos membros da família refugiada em São Paulo para adentrar o mercado formal de trabalho, sendo a venda de alimentos a alternativa informal para obtenção de renda e subsistência. Sem planejamento prévio ou prospecção de mercado, a opção se deu a partir de tentativas de encontrar meios de subsistência.

São Paulo, uma cidade com grande diversidade gastronômica por si só, já poderia ser considerada receptiva a empreendimentos de venda de alimentos típicos de diferentes nacionalidades. A comida árabe, no entanto, ocupa um lugar no imaginário brasileiro que conta com o histórico de migração relatado no capítulo 2, de forma que os interlocutores da pesquisa encontram na gastronomia um mercado estabelecido.

A existência de tal mercado, no entanto, suscita reflexão. Nas experiências relatadas foi possível observar que os principais consumidores da comida vendida tanto no restaurante quanto nas feiras, ou ainda por meio de encomendas, são brasileiros. Delineia-se um mercado que busca o exótico, o diferente, em seu consumo. Pode-se

dizer que o nicho de venda de alimentos típicos árabes passa por um processo de exotização (Machado, 2008), a partir do qual o apelo à autenticidade agrega valor e atrai o consumidor. A autenticidade aqui é entendida enquanto uma performance de estereótipos presentes no imaginário brasileiro de como deve ser um refugiado sírio. De forma consciente ou não, os interlocutores da pesquisa absorvem as expectativas de que tipos de performances são esperadas deles, e atuam por vezes de maneira a reforçar os estereótipos, ou ainda, se diferenciando destes como estratégia para atingir outros públicos. A construção dos estereótipos do árabe, do sírio e do refugiado é um processo em constante modificação, o imaginário do sírio-libanês, conforme explanado no capítulo 2, tem como referência um momento de migração de pessoas desta origem, enquanto a categoria de refugiado data de momento mais recente.

Para ilustrar este ponto do argumento, utilizarei exemplos observados durante a pesquisa de campo. F., minha interlocutora refugiada síria, que sustenta sua família com a renda obtida da venda de comidas típica de seu país de origem, relatou algumas vezes sua sensação de não pertencimento, seja à comunidade muçulmana ou ao grupo de refugiados sírios. Também apontou a dificuldade encontrada para manter relação com outras mulheres refugiadas sírias que também vendem comida típica. Talvez até como estratégia de transformar o sentimento de falta (não pertencimento), uma das primeiras informações que ela transmite ao contar sua história é o fato de ela ser síria, mas também curda²⁰, e por este motivo não utiliza os mesmos trajes e nem compartilha da austeridade apontada por ela, comum às outras mulheres refugiadas sírias. Supondo que sua origem a aproximaria de como ela entende serem os brasileiros, ela aciona uma diferença em relação aos outros sírios, que ela supõe também afastá-los dos brasileiros. No entanto, tal diferença parece a afastar do nicho específico do mercado de comidas típicas, pois, conforme seu relato, muitas vezes se sente discriminada em feiras, e sente que existe uma preferência das organizações que prestam auxílio aos refugiados, e dos consumidores diretos, àquelas mulheres e famílias que performam o estereótipo do muçulmano tradicional (segundo sua interpretação). A expectativa deste estereótipo inclui não somente tipos específicos de roupas, lenços que cobrem os cabelos e pescoço,

²⁰ Coletivos militarizados de mulheres curdas são conhecidos por sua luta por igualdade de gênero, conforme aponta Flávia Paniz (PANIZ, 2018).

mas também uma postura mais quieta e austera no caso das mulheres em ambientes públicos, deixando aos homens o papel mais comunicativo principalmente com clientes. Trata-se de um imaginário étnico criado a respeito do diferente, um imaginário que combina as referências do árabe (muçulmano) que migrou para o Brasil e aqui se estabeleceu com o imaginário de como deve ser o refugiado sírio.

F. assumiu aqui vestimentas sem especificidade relacionada à sua religião ou origem, a maioria das roupas que usa são provenientes de doações de instituições brasileiras que auxiliam refugiados. Ela também não cobre os cabelos, ou pescoço, e é bastante comunicativa e sorridente não só dentro de sua casa, como em ambientes públicos. Ainda que não se encaixe de forma óbvia no que entende ser a expectativa brasileira de como deve ser a mulher árabe, pude observar que ela identifica e modula sua fala de acordo como crê serem as expectativas de seus interlocutores, modificando o tom de seu discurso de acordo com seu receptor. O discurso acionado para contar sua história varia entre alguns tons de vitimismo e de superação, e embora o relato seja o mesmo, este assume nuances diferentes da mesma experiência. Como pesquisadora, não me parece possível afirmar que este mecanismo seja consciente ou inconsciente. O relato de sua trajetória até sua chegada ao Brasil, feito para mim, quando me apresentei como pesquisadora, foi diferente daquele exposto aos convidados de sua experiência gastronômica, e ainda, diverso daquele acionado junto à instituição religiosa que auxilia refugiados em São Paulo.

De outro lado, S., em seu restaurante, parece estar mais próximo do imaginário brasileiro do que constitui o árabe, inclusive mais do que do refugiado, e ele também parece compreender este lugar e qual discurso adotar, uma vez que não se identifica como um refugiado comum, mas apenas alguém que aproveitou a facilidade concedida pelo Brasil e solicitou o visto de refúgio por ser o mais prático quando se mudou (segundo sua fala). Sua visão acerca dos outros refugiados sírios está vinculada à necessidade de ajuda humanitária, e ele identifica sua situação como diferente, como se o visto de refúgio fosse apenas uma formalidade oportuna que facilitou seu deslocamento, uma vez que se coloca como um homem bem-sucedido e com posses. Sua figura amigável recepciona calorosamente os clientes e se comunica misturando as línguas que sabe falar, pouco do português, árabe e inglês. Oferece degustação dos doces para os clientes e os aguarda

na porta do estabelecimento recepcionando possíveis novos interessados. Sua esposa, no entanto, não sai de casa desacompanhada dele ou de um de seus filhos, não participa do negócio da família e cozinha apenas para os seus, e não para o restaurante. É possível que ela esteja mais próxima do estereótipo da mulher muçulmana, que não se engaja nas atividades extradomésticas, econômicas ou sociais da família, deixando ao marido este papel.

Dentro do estereótipo do árabe exótico (aquele que difere do brasileiro seja por religião, língua, forma de se vestir ou diversos outros aspectos), S. não só está alinhado como se beneficia deste lugar, pois neste estereótipo está contido o papel do homem que trata das relações sociais e econômicas da família enquanto a mulher fica restrita aos assuntos domésticos. Ele aciona redes de contatos dentro da comunidade e é por ela acolhido e até convidado a participar de círculos mais “refinados”, como para fazer parte da gestão de um importante hospital da cidade (segundo conta). No outro extremo encontramos F., que se coloca à frente da família, faz os contatos com brasileiros e instituições, aprende a língua ao escutar a fala das pessoas, e por sua vez, relata não receber qualquer apoio da comunidade muçulmana ou síria, pelo contrário, narra episódios de discriminação por sua origem, enquanto seu marido pouco se engaja na venda e divulgação de alimentos, mantendo-se distante dos espaços pelos quais F. circula. A inversão dos papéis sociais entre famílias que se deslocam é apresentada por Smits, Mulder e Hooimeijer (2003), a partir de sua pesquisa, descreve mudanças importantes nas dinâmicas principalmente de casais que migram e acabam por reorganizar a distribuição de atividades e tarefas previstas nos papéis sociais que assumiam antes do deslocamento.

Portanto, o deslocamento, seja forçado ou não, pode acarretar mudanças na estrutura e dinâmica interna das famílias. Embora não possa apontar que a família de F. tenha se modificado em termos de divisão do trabalho entre o doméstico e o externo, geralmente vinculado à receita familiar, o fato é que o trabalho realizado na esfera doméstica passou a ser também fonte de renda a partir do deslocamento, compondo com o trabalho externo, realizado por seu marido. Em outras famílias com as quais tive contato no decorrer da pesquisa, observei também que o trabalho da venda da comida em feiras ou por encomendas é também comumente vinculado à mulher, que além de produzir o

alimento, divulga em redes sociais, participa de feiras e eventos e é responsável pela logística de entregas e contato com interessados. Famílias mais tradicionais observadas, por sua vez, podem ter sofrido de fato uma mudança na dinâmica interna, relacionada à divisão de trabalho, obtenção de fonte de renda e até mesmo em termos de relacionamentos extrafamiliares (como no caso das mulheres que utilizam as mídias sociais para divulgação, dão entrevistas e participam de feiras vendendo os alimentos).

É importante observar que assim como aponta Markwik (2009, *apud.* Herda & Banwell, 1988:24), a comida do dia a dia, consumida pela família, é geralmente produzida pela mulher, enquanto aquela a ser vendida e oferecida em situações sociais para classes mais altas e com algum prestígio é assinada e produzida por homens, chefes. De certa forma os dois contextos aqui apresentados remetem à tal divisão, uma vez que a comida vendida dentro do restaurante de S. é elaborada (segundo ele) por chefes renomados, trazidos da Síria e com histórico de terem trabalhado em importantes hotéis internacionais, além de muito bem remunerados. De outro lado, F. aponta diversas vezes sua sobrecarga de trabalho, uma vez que acumula suas tarefas domésticas com a divulgação, venda e entrega de alimentos. O acúmulo apontado pode estar relacionado à não profissionalização das tarefas domésticas que exerce, e à visão de que estas são instintivas à mulher, de forma que cozinhar a mais para vender não seria considerado trabalho extra, mas apenas uma continuidade de suas atividades diárias.

Observa-se que para além de se apresentar de forma próxima do imaginário brasileiro do estereótipo do árabe muçulmano e refugiado, a presença da rede de apoio é também determinante no processo de entrosamento na nova cultura e na inserção econômica. Truzzi e Neto (2007) apontam que relacionado à taxa elevada de sucesso nos negócios está o capital social que as comunidades possuem, “(...) proporcionando aos atores acesso a informações privilegiadas, recursos e ainda um esforço cooperativo para o desenvolvimento dos negócios.” (TRUZZI e NETO, 2007 p. 40). Ainda que não fale de forma explícita sobre detalhes da rede de apoio, S. contou com pessoas que lhe indicaram um local para estabelecer seu restaurante e sua residência, contou também com convite de trabalho relacionado à sua ocupação anterior na Síria, é possível ainda que seus contatos o tenham apoiado de outras formas, na divulgação de seu estabelecimento, no consumo direto, ou ainda com contatos e facilidades com

fornecimento de insumos. F., por sua vez, não teve uma rede inicial de apoio, e mesmo após sua chegada, segundo seu relato, o apoio foi pontual e sua experiência parece que foi perpassada pela necessidade de ela mesma divulgar e pedir ajuda a pessoas e instituições que conheceu aqui, quando chegou. Durante o tempo em que estive mais próxima de sua rotina, observei que parte dos seus consumidores diretos (que encomendam alimentos) eram ligados à comunidade religiosa protestante que ela passou a frequentar no Brasil, assim como as feiras das quais participava, eventualmente, que eram também organizadas por este grupo.

Em termos de locais em que a pesquisa se deu, é relevante pontuar as diferentes possibilidades colocadas pelos interlocutores como espaços possíveis de serem adentrados pela pesquisadora. Enquanto parte da pesquisa foi realizada dentro de um estabelecimento comercial, no qual apenas pude conhecer os espaços abertos ao público, sendo dois ambientes, outra parte relevante da pesquisa adentrou a residência dos interlocutores. É necessário explicitar que a presença física de uma pesquisadora mulher branca, ocidental e sozinha pode ter relação com as possibilidades que o campo abriu ou limitou. O primeiro interlocutor é um homem de meia idade, muçulmano, proprietário de um estabelecimento que comercializa alimentos sírios, e que adota uma postura amigável com todos os potenciais clientes, e apenas a manteve enquanto eu comparecia e consumia algo enquanto observava, fazia perguntas e propunha conversas informais. Em momento algum me foi aberta a possibilidade de conhecer os outros espaços do estabelecimento, como aquele em que a comida era preparada, ou a casa do interlocutor. A segunda interlocutora, uma mulher refugiada que assume papel protagonista nas relações públicas da família, síria, que, no entanto, se identifica como curda, o que aponta para diferenças importantes em sua forma de se relacionar. Desde o começo sua casa foi ambiente aberto para me receber, e sua família esteve presente durante todo o processo, evidenciando uma possível disponibilidade para tornar acessível parte de sua intimidade representada pelo espaço doméstico²¹. Viver as dinâmicas internas deste lar, observar o fluxo de pessoas, de trocas e até de objetos, seja encomendas, alimentos em geral ou insumos para preparo deles, delineou diferentes

²¹ Existe um debate sobre os termos casa e lar em contextos de deslocamento. Para mais informações, ver RAPPORT e DAWSON, (1998) e de casa como um lugar (TUAN, 1997; WISE, 2000).

possibilidades de compreensão da realidade observada. Creio que as diferentes possibilidades de trânsito pelos quais a pesquisa se desenhou em muito se relacionam com o que a presença desta pesquisadora, com características específicas, suscita. O fato de ser mulher pode ter sido crucial para ter a abertura para frequentar a casa de uma interlocutora, assim como se mostrou um limite quase intransponível, dentro do tempo da pesquisa, no contexto do restaurante-doceria cujo dono é um homem (de meia idade, sírio).

O percurso que resultou na presente dissertação partiu de experiências prévias relacionadas ao campo dos deslocamentos forçados, que culminaram no desenho inicial da pesquisa. Com o intuito de observar a relação criada ou, ainda, recriada por refugiados e solicitantes de refúgio provenientes da Síria, com a comida tida como típica do país ou região de origem, optei por acompanhar dois contextos em que esta teve papel relevante na inserção principalmente econômica dos interlocutores. A observação dos dois contextos possibilitou identificar pontos de contato entre os percursos, assim como delineou pontos que garantiram distância importante entre as narrativas. Um dos aspectos divergentes e possivelmente definidores da forma como experienciaram o deslocamento forçado está relacionado à possibilidade de planejar uma nova vida em outro país, envolvendo pesquisa, rede de contato e apoio e condição econômica prévia. A perspectiva de optar previamente ao deslocamento, pela venda de comida típica, permitiu no caso estudado uma maior consolidação (evidenciada pela expansão observada) do negócio.

A discussão acerca dos dois contextos aqui observados tangencia temas bastante amplos como gênero, religião, divisão do trabalho, diferenças de língua, perspectivas de vida, poder econômico, acesso ao ensino formal, entre outros aspectos que já se delineavam como diferenças importantes no contexto de onde partem as duas famílias. No entanto, a opção de observar o lugar que a comida tem e a relação que se cria com ela enquanto fonte de renda e forma de inserção em uma nova sociedade permitiu acessar as perspectivas particulares de cada interlocutor acerca de seu percurso e experiência de deslocamento. Perspectivas essas que possibilitaram contato com uma fração do universo simbólico que constitui os interlocutores acompanhados, e a relação

em constante movimento com os novos universos que se apresentam em seu deslocamento.

Na observação das dinâmicas e interações dos e com os interlocutores da pesquisa foi possível, também, observar como os processos de exotização (Machado, 2008) vão se delineando de acordo com os contextos, seja em busca de atrair ou manter consumidores, seja para mobilizar determinadas disposições em seu ouvinte.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil. 2019. Disponível em <file:///C:/Users/Lize/Documents/Mestrado/textos/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>. Visitado em 17/05/2020.

ACNUR. Dados sobre o refúgio no Brasil. Disponível em <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Visitado em 04 de agosto de 2017.

AGIER, Michel. Refugiados Diante da Nova Ordem Mundial. In: *Tempo Social*, vol.18, 2016

BARBOSA, Talita P. Antropologia e gastronomia: identidade de ser brasileiro a partir da alimentação. In. III Seminário de Pós-graduação de Sociologia da UFSCar. Abril, 2012. São Carlos. SP. Anais (online). Disponível em: https://iiseminarioppgsufscar.files.wordpress.com/2012/04/barbosa_talita-prado.pdf

BERGHE, Pierre L. Ethnic cuisine: Culture in nature. In. *Ethnic and racial studies*. University of Washington, 2010

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Migração, trabalho doméstico e afeto. In. *Cadernos Pagu* [online]. 2012, n. 39 [Acessado em 27 de dezembro 2021], pp. 447-459. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200016>>. Epub 22 Nov 2012. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332012000200016>.

BRITANNICA, T. Editors of Encyclopaedia. "Bashar al-Assad." *Encyclopedia Britannica*, November 10, 2021. <https://www.britannica.com/biography/Bashar-al-Assad>.

BRIHTWELL, Maria Das Graças. On the Move and in the Making: Brazilian Culinary Cultures in London, *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies/Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes*, 37:74, 51-80. 2012
 ___. Sentir-se em casa longe de casa: a comida no cotidiano de migrantes brasileiros em Londres. *Tessituras, Pelotas*, v. 3, n. 2, p. 60-78, jul./dez. 2015.

CALEGARI, M.; JUSTINO, L. Refugiados sírios em São Paulo: o direito à integração. In: *Seminário Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas*, São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/9_MC.pdf. Acesso em: 01/06/2018.

CANESQUI, A. M., GARCIA, R. W. D. (org.) *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CODESAL, Diana Mata. Eating abroad, remembering (at) home: three food scapes of Ecuadorian migration in New York, London and Santander, 2010.

CONARE. Refugiados e CONARE. Disponível em <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare>>. Visitado em 04 de agosto de 2017.

CRUZ, Rodrigo Ayupe Bueno da. Brimos em Minas: Processos de construção identitária na comunidade árabe de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. A importância da comida na construção da etnicidade árabe em Juiz de Fora. In. Antropolítica. Revista Antropológica, nº40. Niterói. 2016.

DA SILVA, Juliana. O PARENTESCO NO REFÚGIO: Sobre os deslocados pelo conflito sírio em São Bernardo do Campo. In MACHADO, Igor José de Reno (Org.). Etnografias do refúgio no Brasil. São Carlos. EDUFSCar, 2020. pg. 123 – 146.

DIETZ, Angélica. Takeaway entre fronteiras: Comida e sentimento de pertencimento entre migrantes italianos na Irlanda do Norte. In. Revista Espaço Plural. Ano X n. 20. Paraná. 2009

DOUGLAS, M. Deciphering a meal: implicit meanings. London: Routledge; Kegan Paul, 1975.

EL-MOOR, Dário, Patrícia. Teoria e Senso Comum: os árabes vistos pelos brasileiros. Disponível em <<http://www.icarabe.org/artigos/teoria-e-senso-comum-os-arabes-vistos-pelos-brasileiros>>. Visitado em 05/09/2017.

FERRIS, Elizabeth. KIRISCI, Kemal. The consequences of Chaos: Syria's humanitarian crisis and the failure to protect. Brookings Institution Press. Washington DC. 2016.

FISCHLER, Claude. L'omnivore. Paris: Poche Odile Jacob, 2001.

HAGE, Ghassan. A not so multi-sited ethnography of a not so imagined community. Anthropological Theory, 5(4), 2005 463–475. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/1463499605059232>>. Visitado em 14/02/2020.

HOLTZMAN, D. Jon. Food and Memory. In. The Annual Review of Anthropology. 2006.

HONEYSETT, Bethany E. Food, Home and time: Stored & Storied tastes, smells & memories in The Memory of Generations: Time, Narrative and Kinship in Damascus, Syria. The University of Edinburgh. 2013.

_____. Food for Generation: Regimes of taste and nurturing in Syria. In. Universitas 21 Graduate Research Conference on Food. University of Nottingham Malaysia Campus, June 2011.

JUBILUT, L. L.; APOLINÁRIO, S. M. O. S. . A população refugiada no Brasil: em busca da proteção integral. Universitas - Relações Internacionais, Brasília, v. 6, n. 2, jul./dez. 2008, p.9-38. Disponível

em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/787/746>. Acesso em: 18/03/2018.

KARAM, J.T. Um outro Arabesco: Etnicidade sírio-libanesa no Brasil neoliberal. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KHOURI, Juliana Mouawad. Pelos caminhos de São Paulo: a trajetória dos Sírios e Libaneses na cidade. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2013.

KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: Histórias de vida, suas possibilidades e limites. Campinas. SP. 2007. Cadernos Pagu, (3), 117-141. Disponível em : <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1725>
_____. Uma trajetória, em narrativas. Campinas – SP. Mercado de Letras, 2001.

LACERDA, Ana Luiza; GAMA, Carlos Frederico P. S. O solicitante de refúgio e a soberania moderna: a identidade na diferença. Lua Nova, São Paulo , n. 97, p. 53-80, Abril, 2016 .Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

LELLIS DO LAGO, Igor Paes Leme. Muitas visões: os refugiados sírios no Brasil. Revista
Diáspora: narrativas em movimento, p. 3 - 27, 01 fev. 2016

MACIEL, Maria Eunice. Identidade cultural e alimentação. In. CANESQUI, AM., e GARCIA, RWD., orgs. Antropologia e nutrição: um diálogo possível.[online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. ISBN 85-7541-055-5. Disponível em SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MACIEL, Rodrigo Araújo. Alimentação, sociedade e cultura. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 18, n. 38, p. 403-406, Dezembro 2012.
Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832012000200018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15/08/2017.

MACHADO, I. J. R. Kinship and differentialities: alternatives to identity and to ethnic frontiers in the study of migrations. Vibrant, Virtual Braz. Anthr., Brasília , v. 8, n. 2, p. 220-235, Dezembro 2011.
Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43412011000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17/08/ 2017.

_____. Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. 2003. 320 fl. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, Julho, 2003.

_____. Sobre os processos de exotização na imigração internacional brasileira. In Revista de Antropologia, [S. l.], v. 51, n. 2, p. 700-733, 2008. DOI: 10.1590/S0034-

77012008000200010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27293>. Acesso em: 27 dez. 2021.

_____. Consumo, etnicidade e migração entre imigrantes brasileiros em Portugal. *Temas de Antropología y Migración*, v. 2, p. 120-131, 2011.

_____. Parentesco e diferencialidades: alternativas à identidade e às fronteiras étnicas no estudo das migrações. In: Bela Feldman-Bianco. (Org.). *Desafios da antropologia brasileira*. 1ed. Brasília: ABA, 2013, v. 1, p. 153-173.

_____. Introdução: maquinários diferentes, objetificação e aceleração. In: Igor José de Renó Machado. (Org.). *Deslocamentos e Parentesco*. 1ed. São Carlos: Edufscar, 2015, v. 1, p. 9-24.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes Antropol.*, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 129-156, Dezembro 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07/09/2017.

MALKKI, L. National Geographic: The rooting of people and the territorialization of national identity among scholars and refugees. In *Cultural Anthropology*, Vol. 7, No.1, Space, Identity and Politics of Difference. Disponível em <<http://links.jstor.org/sici?sici=0886-7356%28199202%297%3A1%3C24%3ANGTROP%3E2.0.CO%3B2-B.1992>>. Visitado em 25/07/2017.

_____. Speechless emissaries: refugees, humanitarianism, and dehistoricization. *Cultural Anthropology* 11(3): 377-404, 1996.

MARKWICK, Moira. Eating as a cultural performance in early 21st century New Zealand: an exploration of the relationships between food and place. Master thesis in Social Anthropology. Massey University, Auckland, New Zealand. 2009.

MENEZES, Adriana. Imigrantes e Refugiados em Campinas: ações de cidadania despertam o senso de comunidade. In. Agência Social de Notícias. Disponível em <<http://agenciasn.com.br/arquivos/8940>>. Acesso em 22/08/2017

MINTZ, S. W. Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16:31-41, 2001

MOULIN, Carolina. Os direitos humanos dos humanos sem direitos: refugiados e a política do protesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online], v. 26, n. 76, p. 145-155, 2011.

NASSER, Reginaldo Mattar e Roberto, Willian Moraes. A QUESTÃO CURDA NA GUERRA DA SÍRIA: DINÂMICAS INTERNAS E IMPACTOS. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* [online]. 2019, n. 106 [Acessado em 27 de dezembro de 2021], pp. 219-246. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/0102-219246/106>>. Epub 20 de maio de 2019. ISSN 1807-0175.
<https://doi.org/10.1590/0102-219246/106>.

NAVIA, A. F. Êxodos e refúgios. Colombianos refugiados no Sul e Sudeste do Brasil. 2014. 388 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

OBEID, Michelle. Home-making in the diaspora, bringing Palestine to London. In. Daswani, G., Quayson (org.), 2013, *Diaspora and Transnational Studies Companion*. John Wiley & Sons Ltd

PANIZ, Flávia. Mulher, Vida e Liberdade: gênero, etnicidade e ecologia no movimento de mulheres Curdas em Rojava. Campos - Revista de Antropologia, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 14-30, dez. 2018. ISSN 2317-6830. Disponível em:
 <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/62051>>. Acesso em: 16 jul. 2021.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 20, n. 42, p.377-391, Dec. 2014. Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832014000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04/04/ 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRATES, D. R. A. O fio de Ariadne: deslocamento, heterotopia e memória entre os refugiados palestinos em Mogi das Cruzes, Brasil, e Burj Al-Barajneh, Líbano. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2012.

PUCCI, Fábio M. S. A integração dos refugiados sírios em São Paulo. In. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Julho, 2017. Brasília. DF. Anais (online). Disponível em: <http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0333-1.pdf>

ROCHA, Carla Pires Vieira da; RIAL, Carmen Silvia; HELLEBRANDT, Luceni. Alimentação, globalização e interculturalidade alimentar a partir do contexto migratório. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v. 14, n. 105, p. 187-199, dez. 2013. ISSN 1984-8951. Disponível em:
 <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2013v14n105p187/26125>>. Acesso em: 03/06/2018.

ROSALES, Marta Vilar. The domestic work of consumption: materiality, migration and home-making, Etnográfica [online], vol. 14 (3) | 2010, online desde 21 de outubro de 2011, consultado em 25 de dezembro de 2021. URL :
<http://journals.openedition.org/etnografica/191>

SANTOS, C. R. A. dos. A comida como lugar de história: as dimensões do gosto. In: *História: Questões & Debates*, n. 54, p. 103-124, Curitiba, Editora UFPR jan./jun. 2011.

SMITS, J., Mulder, C. H., & Hooimeijer, P. Changing Gender Roles, Shifting Power Balance and Long-distance Migration of Couples. *Urban Studies*, 2003 - 40(3), 603–613.

SOARES, Carina de Oliveira. A proteção internacional dos refugiados e o sistema brasileiro de concessão de refúgio. *Âmbito Jurídico*, 2014. Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9430>. Acesso em 17/07/2018.

SPRANDEL Marcia; MILESI, Rosita. O acolhimento a refugiados no Brasil: Histórico, dados e reflexões. In: MILESI, Rosita (org.) *Refugiados realidade e perspectivas*. Brasília: CSEM/IMDH/Edições Loyola, 2003. p. 113-134.

SYRIAN Observatory for Human Rights. Syria: 560,000 killed in seven yrs of war. Dezembro de 2018. Disponível em <<https://www.syriahr.com/en/?p=108829>>. Visitado em 07/05/2020

TRUZZI, O.M.S.; NETO, M.S. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. In: *Revista de Administração de Empresas* [online]. 2007, v. 47, n.2 [Acessado em 13 de junho de 2021] , pp. 37-48. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75902007000200005>> ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902007000200005>.

TRUZZI, O.M.S. Sírios e Libaneses em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1996, p.303-306.

_____. Presença árabe na América do Sul. São Leopoldo: RS, Caderno de História. Unisinos, v. 11, nº 3, 2007

_____. Sociabilidades e valores: um olhar sobre a família árabe muçulmana em São Paulo. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro. Vol.51, nº1, 2008, pp. 37 a 74.

_____. Sírios e libaneses no oeste paulista – décadas de 1880 a 1950. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 36, e0086, 2019 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982019000100160&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13/05/2020. Publicado em 04/11/2019. <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0086>.

VALLIANATOS, Helen, and Kim Raine. "Consuming food and constructing identities among Arabic and South Asian immigrant women." *Food, Culture & Society* 11.3 (2008): 355-373.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. “Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. Tese

(Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos - SP. 2021.

WALDELY, Aryadne Bittencourt; VIRGENS, Bárbara Gonçalves das; ALMEIDA, Carla Miranda Jordão de. Refúgio e realidade: desafios da definição ampliada de refúgio à luz das solicitações no Brasil. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília , v. 22, n. 43, p. 117-131, Dezembro. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852014000200008&lng=en&nrm=iso>. Access on 20 Aug. 2017.

WOORTMAN, Ellen F. A comida como linguagem. In. Habitus. v. 11, n.1, p. 5-17, Goiânia. jan./jun. 2013.